



FURG

**Universidade Federal de Rio Grande
Instituto das Ciências Humanas e da Informação
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

A REDE BANCÁRIA NA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL - RS (1994-2010)

João Batista Flores Teixeira

Rio Grande, agosto de 2018.

João Batista Flores Teixeira

A REDE BANCÁRIA NA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL-RS (1994-2010)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Orientador Professor Doutor César Augusto Ávila Martins.

Rio Grande, agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Ávila Augusto Martins (Orientador)

Universidade Federal de Rio Grande – FURG

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
(Campus Rio Grande)

Prof.^a Dra. Leda Veloso Buonfiglio

Universidade Federal de Rio Grande – FURG

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira (Suplente)

Universidade Federal de Rio Grande – FURG

Resumo:

O Objetivo deste trabalho foi estudar como a distribuição geográfica das redes bancárias a partir da dinâmica específica da financeirização – a bancarização, da economia na Aglomeração Urbana do Sul em governos distintos de 1994-2010 incidiu sobre o território. Foi estudado como a bancarização do território e da sociedade a partir da movimentação de ativos de créditos e depósitos denotaram dois momentos distintos na história recente do Brasil: uma década neoliberal e outra considerada “inclusiva”. Neste ínterim foram selecionados os bancos públicos como agentes de atuação do Estado no sistema financeiro, através da concentração bancária nas praças financeiras estabelecidas, no cenário investigado aponta a importância dos bancos públicos em amortecer os efeitos da crise mundial de 2008. A consolidação bancária nos municípios de Pelotas e Rio Grande denota o dinamismo econômico da década em questão, ambas as cidades cresceram mais de 12% em média do PIB naquele período. A estabilidade territorial para a disputa dos bancos públicos com os agentes privados levou a uma forma de atuação na qual as políticas públicas são levadas aos municípios menos desenvolvidos como Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte através dos bancos públicos como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banrisul. Foi estabelecido banco de dados no decorrer desta investigação referentes à Produto Interno Bruto, Índice de *gini* diminuiu regionalmente, a renda *per capita* aumentou, o índice de desenvolvimento humano municipal indicou regionalmente um acréscimo da qualidade de vida comparando os anos 1994-2002 aos 2003-2010, o número de estabelecimentos, empregos no setor, de agências e de movimentação de crédito e depósitos por bancos. Estes índices fazem parte do banco de dados que permitiram a investigação aqui apresentada.

Palavras-chave: Rede bancária; Aglomeração Urbana do Sul; Bancarização; Políticas Públicas.

Abstract:

The objective of this work was to study how the geographical distribution of banking networks from the specific dynamics of financialization - the bancarization, of the economy in the Aglomeração Urbana do Sul in different governments from 1994-2010 focused on the territory. It was studied how the bancarization of the territory and the society from the movement of assets of credits and deposits denoted two distinct moments in the recent history of Brazil: a decade neoliberal and another considered "inclusive". In the meantime, public banks were selected as State agents in the financial system, through banking concentration in established financial centers. In the scenario investigated, it points out the importance of public banks in cushioning the effects of the 2008 global crisis. Bank consolidation in municipalities of Pelotas and Rio Grande denotes the economic dynamism of the decade in question, both cities grew more than 12% on average GDP in that period. The territorial stability for the dispute between public banks and private agents has led to a form of action in which public policies are taken to less developed municipalities such as Arroio do Padre, Capão do Leão and São José do Norte through public banks such as the Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal and Banrisul. It was established database during this investigation concerning Gross Domestic Product, Gini Index declined regionally, per capita income increased, the municipal human development index regionally indicated an increase in quality of life comparing the years 1994-2002 to 2003- 2010, the number of establishments, jobs in the sector, agencies and the movement of credit and deposits by banks. These indexes are part of the database that allowed the research presented here.

Key words: Banking network; Aglomeração Urbana do Sul; Bancarization; Public policy.

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe Neisa Flores e irmã Ana Cláudia. Sem a família não somos nada. Minha namorada Victoria Rocha teve papel fundamental nesta caminhada, sem ela jamais teria cumprido muitas das etapas, as jornadas e viagens ao seu lado são sempre cheias de aventuras – aqui se encerra mais um capítulo. Agradeço a minha família distante, Eliezer, Filipe, Lorena, Ágata, Dáwine, Denise, tio Fonso, tia Mariza, Nei, tia Neiva, Gabriel, Duda, Rita, Yan, Monique, tia Leilaine, Beto, tia Mimi, Jéssica, tia Ana, tio Itamar, Fernanda, Mima, Maria Clara, meu afiliado Tales, tia Cleusa, Edgar, Vanessa e Jéssica, tio Hamilton e tia Nanci. Ao Lula e à Marisa. Aos que estão neste e no outro plano, se existir, acreditem: nunca sairão do meu coração, vocês formaram o meu caráter.

Aos amigos que a Geografia me deu de vários lugares do mundo e do Brasil: Ruth, os mineiros Rodrigo e Karina, o Costa-Riquenho Guilherme, ao colombiano Mauro, ao Rafael Rubens. Aos amigos das lutas Joice, Guilherme, Marcelo Augusto, Carlos Eduardo, Daniele Gautério. Aos da vida, Daniele de Bem, Vilson Cruz, Renan Guma. E em especial ao Matheus que me ajudou na confecção de todas as tabelas do trabalho, mapa e saída de campo. A Bianca pelas constantes ajudas de última hora e a amizade de longa data. Não tenho palavras para expressar o carinho por vocês. Aos colegas do mestrado na Furg: Caio, Guilherme, Maristel, Mario, Aline e ao Giovane. Ao Kauam e a Lorena. Ao Leges, ao Luiz Otávio e ao Guilherme. Ao Bruno, amigo que fiz no ano em que servimos juntos ao exército e temos até hoje as discussões mais ferrenhas sobre Marvel e DC. A Perla e ao Ricardo pela amizade e companheirismo nos eventos e no dia a dia. E aos queridos amigos da vida toda Istael, Raul, Michele, François e Marcela.

Agradeço aos professores do corpo docente do programa de pós-graduação em Geografia da FURG na sua integralidade. Ao professor Solismar pela paciência com dicas precisas dentro e fora das disciplinas. À professora Susana pelo exemplo de pesquisadora e pessoal que levo para a vida inteira. À Leda, igualmente pela paciência e ser sempre “ativista” dos próprios alunos. Ao PIBID, e à professora Claudia Cousin.

Em especial agradeço ao meu orientador César Augusto, pelo profissionalismo, ética e os conselhos prestados dentro e fora do âmbito acadêmico. Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento que permitiu dedicação exclusiva ao trabalho de pesquisar.

“O que importa é que as novas gerações recuperem o gosto pelo exercício da imaginação e se convençam de que a obra que lhes cabe realizar é nada menos do que dar continuidade à construção desse grande país”

Celso Furtado (1998)

Figura

Figura 1: Localização da Aglomeração Urbana do Sul no Estado do Rio Grande do

Sul.....50

Gráficos

Gráfico 1 – Operações de crédito por banco no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 1995-2002.....55

Gráfico 2 – Depósitos Bancários no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 1995-2002.....56

Gráfico 3 – Financiamento Imobiliário da Caixa Econômica Federal no período 1995-2002.....57

Gráfico 4 – Operações de crédito bancário no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 2003-2010.....69

Gráfico 5 - Depósitos Bancários no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 2003-2010.....70

Gráfico 6 – Financiamento Imobiliário da Caixa Econômica Federal no período 2003-2010.....71

Gráfico 7 - Índice de Gini nas décadas 2000 e 2010.....72

Gráfico 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, comparativo Brasil, região sul (por estado) e municípios da AUSUL.....74

Quadros

Quadro 1 – Bancos nacionais atuantes no Rio Grande do Sul (RS) no final do Século XIX e no Século XX.....32

Quadro 2 – Tipologia dos agentes que prestam serviços autorizados pelo Banco Central em 2010.....42

Quadro 3 – Competência dos Bancos Públicos no Brasil em 2018.....44

Quadro 4 – Posição dos principais bancos privados no Ranking da Dieese em 2010.....45

Quadro 5 – Fusões e Aquisições dos principais bancos privados no Brasil.....46

Quadro 6 – Fusões e Aquisições dos Bancos Estaduais no Brasil.....47

Quadro 7 – Fusões e Aquisições das Caixas Econômicas Estaduais no Brasil.....47

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Comparativo do número de agências dos bancos selecionados no Brasil, na Região Sul e na AUSUL no período: 1995-2002.....	53
Tabela 2 – Evolução do número de estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 1995 a 2003.	54
Tabela 3 – Evolução do número de funcionários nos estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 1995 a 2003.....	55
Tabela 4 – População no Brasil, nos estados da região sul e na AUSUL: Censos 2000 e 2010.....	58
Tabela 5 – Evolução do número de estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 2003 a 2010.	62
Tabela 6 – Evolução do número de funcionários nos estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 2003 a 2010.	63
Tabela 7 – Variação do Produto Interno Bruto (% a. a) por município da Aglomeração Urbana do Sul, do Rio Grande do Sul e do Brasil de 1996-2010.....	64
Tabela 8 – Número de Agências do Banco do Brasil, Banrisul e Caixa Econômica Federal por município da Aglomeração Urbana do Sul, série comparativa de anos selecionados: 2003 a 2010.	68
Tabela 9 - Evolução do Índice da Renda <i>per capita</i> na Aglomeração Urbana do Sul, no Rio Grande do Sul e no Brasil: série comparativa 2000-2010.....	73

Lista de Abreviaturas e Siglas

AUSUL – Aglomeração Urbana do Sul

Bacen – Banco Central

BB – Banco do Brasil

BC – Banco Comercial

BF – Bolsa Família

BM – Banco Múltiplo

Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Bradesco – Banco de Descontos S.A.

CEF – Caixa Econômica Federal

CMN – Conselho Monetário Nacional

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

ESTBAN – Estatística Bancária por Município

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

HSBC – Honkong Shanghai Bank Corporation

PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PA – Posto de Atendimento

PAA – Postos Avançados de Atendimento

PAT – Postos de Atendimento Transitório

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PBF – Programa Bolsa Família

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

R\$ - Real (unidade monetária)

RS – Rio Grande do Sul

UAD – Unidade Administrativa Desmembrada

Sumário

Introdução.....	11
I. Apontamentos sobre a rede bancária em estudos da geografia econômica.....	14
1.1 Aproximação de um estudo sobre bancos com a Geografia Econômica.....	15
1.2 Delimitando conceitos geográficos na pesquisa sobre a Rede Bancária.....	17
1.3 Bancarização e financeirização: divergências e complementaridades.....	20
1.4 Os indicadores econômicos e socioeconômicos selecionados: a constituição de uma revisão bibliográfica, um banco de dados e os dados periodizados.....	24
II. Os bancos na economia do Rio Grande do Sul e do Brasil.....	30
2.1 Gênese dos principais bancos do Rio Grande do Sul no sistema financeiro brasileiro.....	31
2.2 A reforma bancária de 1964.....	36
2.3 Bancarização neoliberal dos anos 1990.....	41
2.4 Fusões e aquisições de bancos no Brasil: a organização bancária resultante.....	43
III. Bancos no Rio Grande do Sul e na AUSUL: a dinâmica econômica de 1994-2010.....	49
3.1 A década neoliberal (1994-2002) e as consequências para a rede bancária na AUSUL.....	51
3.2 O papel das políticas de redistribuição de renda no Brasil: um perfil a partir das políticas públicas selecionadas.....	60
3.3 Concentração da atividade de estabelecimentos bancários na Ausul: comparativo com o Rio Grande do Sul e o Brasil.....	61
3.4 Tipologia bancária na AUSUL: Bancos, concentração da atividade de depósitos e evolução das operações de crédito bancário de 2003 a 2010.....	65
3.5 Renda <i>per capita</i> , o índice de <i>Gini</i> (concentração de renda) e o índice de desenvolvimento humano municipal no período de 2000-2010 na Aglomeração Urbana do Sul.....	72
3.6 Instituições do sistema financeiro nacional nos governos democráticos: o papel dos bancos públicos na redução das desigualdades regionais.....	76
Considerações finais.....	79
Referências Consultadas.....	82
Anexos.....	89

Introdução

O Brasil no período que compreende de 1994 até o ano de 2010 passou por transformações econômicas decisivas na sociedade e no território. Em escala nacional, os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002, e os do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), 2003 a 2010, inauguraram duas fases opostas na bancarização nacional. Durante a hegemonia do pensamento neoliberal da década de 1990 no Brasil, as instituições bancárias foram um dos instrumentos de exclusão social, promovendo lucros para uma classe restrita de rentistas. A partir de 2003 começa uma institucionalização de políticas redistributivas de renda, concernentes ao conjunto de agentes do Estado através do desenvolvimento econômico (COSTA, 2014).

Uma parte considerável da matriz financeira do país foi quebrada para a manutenção de projetos de poder de agrupamentos de partidos políticos na década de 1990. Neste contexto, os bancos atuaram ativamente na manutenção de um modelo que era negativo para a esfera social, pois tinham a capacidade de lucrar com a taxa inflacionária que acarretava na perda de valor real dos salários dos trabalhadores (CARNEIRO, 2002), onde os bancos públicos eram utilizados como balcão de negócios (NETO, 2011). Os anos 1990 marcaram a desnacionalização expressiva do sistema financeiro nacional, especialmente o bancário público estadual. Os conceitos de financeirização (CHESNAIS, 1996; HARVEY 2011) e bancarização auxiliam a entender estes processos, o primeiro é mais amplo e diz respeito às transações nos mercados financeiros, enquanto o segundo, mais restrito, significa o “acesso popular aos bancos” (COSTA, 2018).

A década pós-neoliberal inicia-se em 2003 e vai até 2010 (CARDOSO, 2010). Considerada como período democrático-popular, ainda marcada pelos efeitos das políticas de regulação dos anos 1990. Na via social, observa-se um processo amplo de despolitização da economia, de um lado atingindo a esfera das propriedades do Estado e de outro redefinindo o seu papel ao negar o “status público” para uma parte crescente da classe trabalhadora, constituindo parâmetros de desamparo e precarização social, laboral e econômica. Neste cenário, os trabalhadores presenciaram de um amplo modo a expansão da economia nacional e seus efeitos (CARDOSO, 2010).

A economia global conectada por redes financeiras através da mundialização deslocou as consequências sistêmicas decorrentes de conjunturas adversas de crises aos países na periferia do sistema - as crises cambiais no final dos anos 1990 e a crise dos Estados Unidos da América em 2008 (HARVEY, 2011). Reformas previdenciárias, trabalhistas e bancárias foram impostas a estes países (HARVEY, 2011). O desemprego, a falta de recursos para pagar pensões e bancos fechando as portas para os clientes não sacarem todo o dinheiro disponível em seus estoques tornaram-se a realidade também nos países do capitalismo central, que era antes restrita à periferia do sistema-mundo (KURZ, 2015). Diferente de outros períodos, incluindo a década anterior (1994-2002) de conturbação da economia mundial, o sistema financeiro nacional e, principalmente, o bancário passaram pela crise de 2008 enfrentando problemas pontuais de liquidez de instituições financeiras menores, mitigando os efeitos na economia nacional.

O presente trabalho de pesquisa surgiu do interesse de estudar as instituições bancárias a partir da Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL). A AUSUL é formada pelos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte, os quais apresentaram dinâmicas econômicas e socioeconômicas próprias advindas das transformações da economia nacional. A praça de serviços e industrial estabelecida na aglomeração se consolidou em Pelotas e Rio Grande atraindo, pelo dinamismo das atividades financeiras, serviços e indústrias para esses municípios, Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte passaram por mudanças expressivas. As instituições públicas passaram por um processo de redimensionamento estratégico nos períodos analisados.

O Objetivo deste trabalho é estudar como a distribuição geográfica das redes bancárias a partir da dinâmica específica da financeirização – a bancarização, da economia na Aglomeração Urbana do Sul em governos distintos de 1994 a 2010 incidiu sobre o território. A Análise foi realizada entre os períodos de 1994 a 2002 e de 2003 a 2010. A periodização, ou a dimensão temporal de análise, se fez necessária uma vez que as normas de cada período histórico atribuíram características que possibilitam hierarquizar tanto os dados (estatísticas) e o dimensionamento dos atores (neste trabalho, os bancos) no território (SANTOS, [1996] 2008).

Na AUSUL a distribuição geográfica das agências é a mesma observada nacionalmente, ou seja, a concentração bancária em seis dos principais bancos entre eles a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB), o Itaú-Unibanco, o Bradesco, o Honkong Shangai Bank Corporation (HSBC), o Santander e o Banrisul. Assim, é possível analisar 90% do sistema bancário brasileiro e da região segundo Fernando Nogueira da Costa (2018).

As estratégias adotadas pelos bancos são parte de um arranjo geopolítico, estratégico e econômico pertinente para os Estados nacionais, pois dizem respeito às políticas macroeconômicas e respondem a influências internacionais oriundas da mundialização financeira. Pesquisas como as desenvolvidas por Dias (2009; 2011), Contel (2011) e Costa (2014) demonstram que os países têm posturas próprias e para o caso brasileiro a originalidade deste fenômeno é geograficamente específico – as poucas centrais de comando distribuídas pelas redes bancárias no território (VIDEIRA e PRADA, 2017) cumprem função da consolidação bancária nacional (COSTA, 2014; DIAS, 2005). A consolidação do setor bancário é analisada com certa ressalva entre os economistas por consequência da diminuição de instituições aptas a disseminar crédito, entretanto é um longo desenvolvimento histórico do setor bancário brasileiro (COSTA, 2014). Posto isso, numa análise dos referenciais teóricos concernentes ao tema nos permite inferir o entendimento de que os bancos públicos podem cumprir este papel (DIAS, 2005; MINELLA, 2007; CONTEL, 2011; COSTA, 2014).

O texto está dividido em três partes. A primeira referente à reflexão teórica sobre os conceitos empregados no trabalho, a aproximação com referenciais estabelecidos da Geografia Humana e Geografia Econômica, além dos indicadores para analisar o contexto regional da AUSUL. Na segunda, apresentamos os condicionantes externos de mudanças do sistema bancário e uma breve digressão histórica, de mudança normativa do sistema bancário no período de 1964 assim como os processos de fusão e aquisição durante o período de 1994 até hoje. E na terceira parte, analisamos as transformações ocorridas na Aglomeração Urbana do Sul nas décadas dos governos de 1994 ao ano 2002 e de 2003 a 2010 como resultados desse longo desenvolvimento “normativo, político, econômico e espacial” (DIAS, 2005) do sistema bancário brasileiro. E por fim, as considerações finais.

I. Apontamentos sobre a rede bancária em estudos da geografia econômica.

Os últimos trinta anos do século XX foram marcados por uma reviravolta nos mercados financeiros internacionais, principalmente, considerada por Chesnais (2010) a “revolução conservadora” uma vez que cada vez mais a repartição da riqueza gerada na esfera da produção é comandada por estes agentes. A rede bancária na Geografia brasileira é tema presente desde os anos 1980 com: Corrêa (1989), Dias (2011; 2017), Contel (2011), Fresca (2017), Videira (2005), Videira e Prada (2017), para citarmos alguns.

Na Geografia quanto ao significado de “rede geográfica”, muitas vezes a pesquisa acadêmica tendeu a vulgarização do conceito (SOUZA, 2013) por conta da utilização exagerada na pesquisa acadêmica ao longo dos anos 1990. Especificamente a Geografia Humana desenvolvida por Pierre Monbeig (1957), as abordagens da Geografia Econômica de Pierre George (1983; 1985), Andrade (1981), Santos ([1979] 2008a) e Méndez ([1997] 2004). Há uma diversidade de contribuições sobre as quais os estudos seriam disciplinarmente pertinentes, em perspectiva, serviriam de base para futuros estudos.

As finanças (moeda, crédito, ações, etc.) e seus atores (bancos e financeiras) desempenham papel-chave na sociedade contemporânea: “são poucas as atividades ditas ‘econômicas’ que se fazem sem o acesso a algum instrumento financeiro” (CONTEL, 2011, p. 18). Daí empreende o surgimento de categorias que tentam explicar os fenômenos associados como bancarização e financeirização. Tanto o conceito da financeirização quanto da bancarização (derivada do inglês *Banking*) ainda são partes de discussões com muitas divergências de definição.

De certo modo, as perspectivas se “aglutinaram” na área da Geografia Econômica, no movimento do qual convencionalmente vem sendo chamado de *Geografia das Finanças*¹. Alguns pesquisadores focam no papel da finança entre os indivíduos, planejamento familiar e firmas. Uma segunda via considera o papel da finança em causar mudanças sistêmicas no capitalismo, e por fim há aqueles que tratam

¹ No ano de 2016, com patrocínio da CAPES e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da FURG, participamos do primeiro seminário internacional de “Geografia e Finanças”, organizado na Universidade de São Paulo em São Paulo. No evento pesquisadores da Geografia, da Economia e da Educação apresentaram suas palestras. O programa do evento está em http://www.geografia.fflch.usp.br/eventos/Cartaz_Geografia_Finan%C3%A7as.pdf e algumas palestras foram publicadas no volume 21, número 2 da GeoUSP: espaço e tempo, disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/138429/135128>.

a financeirização como uma contínua valorização de investimentos no mercado financeiro (AOYAMA, MURPHY e HANSON, 2012).

No trabalho serão ressaltados elementos constitutivos das teorias que corroboram - incluindo as divergentes, com a nossa interpretação do período analisado de 1994 a 2010. A escala temporal estabelecida liga-se com a delimitação conceitual, na qual buscamos as interações provenientes distintos períodos históricos do Brasil, do estado do Rio Grande do Sul ou dos municípios da AUSUL e avançamos para análise dos processos.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte é apresentado um esboço simplificado da Geografia Econômica e a aproximação possível com estudos sobre bancos, desigualdade e desenvolvimento econômico (desenvolvimento regional); na segunda apresentamos o conceito de rede bancária; na terceira as convergências e complementaridades das abordagens sobre bancarização e financeirização; e por fim, os indicadores econômicos e socioeconômicos indispensáveis a análise construída (GEORGE, 1983).

1.1 Aproximação de um estudo sobre bancos com a Geografia Econômica.

Um dos geógrafos formalizadores da Geografia acadêmica no Brasil (MARTINS, 2006), Pierre Monbeig (1957) sugeriu que os pesquisadores da área na época década de 1950, talvez estivessem excessivamente “medrosos”, e se indagava os porquês de ainda não existir uma Geografia dos Capitais. Para Monbeig (1957) era clara a ligação das atividades econômicas tradicionais no campo e na cidade ao capital, portanto os problemas financeiros constituíam um complexo geográfico. Os bancos no desenvolvimento das atividades agrícolas de Minas Gerais, São Paulo e ao redor do mundo eram geograficamente, dados os fatores financeiros, o quadro para o estudo regional aonde “seria necessário não esquecer a região bancária” (MONBEIG, 1957, p. 221).

O surgimento dos bancos era relegado, “até hoje ninguém estudou a origem desses bancos, qual a sua influência e seu raio de ação” (MONBEIG, 1957, p. 223). Monbeig (1957) enfatizou que o pesquisador que tivesse disposição a este tipo de pesquisa deveria atentar, entre outras coisas, para a formação bancária e sua relação

com a estrutura social, a quantidade de instituições, números de depósitos e operações de crédito. Entretanto alerta “seria um erro dessas relações querer tirar tudo” (p. 224). Por fim, Monbeig (1957) afirma tanto a competição entre grupos econômicos, como os financeiros “tem causas e consequências geográficas” (p. 228).

A Geografia Econômica atualmente é uma área que reúne os assuntos referentes à economia-política: circulação de bens e serviços, fluxos de capital, mercadorias e pessoas, além da localização das empresas, estrutura e finalidades. Méndez ([1997] 2004) lembra que esta conexão nem sempre foi assim na abordagem geográfica. Estudos posteriores ao de Monbeig (1957) da Geografia Econômica de Pierre George (1983) e o livro de mesmo título do geógrafo brasileiro Manuel Correia de Andrade (1981) estavam preocupados com os mesmos fatores: primeiramente com a divisão disciplinar ao que acertadamente ambos convergem para a mesma interpretação – seria parte de uma ciência humana, ou Geografia Humana (ANDRADE, 1981); e em segundo, a área estaria preocupada com a esfera da produção no campo e na cidade e, no nosso estudo um fator importante, os serviços.

Pierre George (1983) apresentou uma obra preocupada com a “distribuição no globo, dos diversos meios de produção e troca”, além do “aperfeiçoamento das técnicas – e a desigual extensão espacial de cada um desses sistemas” (p.1). Por sua vez, Andrade (1981) falava da utilização da Geografia “para organizar e contribuir para obras de transformação do meio natural, tornando-o mais acessível à exploração agrícola ou mineral” (p. 17) auxiliando gestores estatais na planificação da economia, elaboração de políticas públicas e o processamento de informações geográficas. Nesta etapa histórica da Geografia – nos anos 1970 e 1980, era comum a abordagem levar em consideração a dicotomia humano e o natural, mesmo que o segundo fosse carregado de sentido econômico. Não entraremos aqui nas críticas a estes modos de pensar a disciplina.

Santos ([1988] 2012) alertava para a importância do meio técnico-científico, que posteriormente viria a incorporar a dimensão da informação em sua própria noção geográfica. O meio técnico-científico-informacional para Santos ([1996] 2008) aonde “os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (p. 239). Ricardo Méndez ([1997] 2004) reforça a visão estes geógrafos ao definir “las cuestiones económicas, definidas como aquellas que se

relacionan con la obtención de bienes materiales y servicios destinados a satisfacer las necesidades humanas” (p.1). Com uma desigual capacidade de acesso evidenciando a realidade individual e coletivamente pertinente ao geógrafo. Santos ([1979] 2008a) chegou nas mesmas conclusões quanto dos estudos dos circuitos da economia urbana.

A questão da desigualdade passa pelo papel ativo do território quando da possibilidade de determinadas iniciativas empresariais que favorecem ou não o desenvolvimento econômico posterior (MÉNDEZ, [1997] 2004). Este seria o ponto no qual a Geografia e a Economia, ciências com abordagens afastadas, se encontraram e permitiram o desenvolvimento de uma ciência regional e de uma Geografia Econômica cada vez mais próxima.

Existe segundo Méndez ([1997] 2004) algumas questões-chave para a Geografia Econômica (p. 8): “¿Qué indicadores son los más adecuados para medir el desarrollo?; “¿Por qué existen desigualdades en el crecimiento económico y el bienestar social de los países y regiones?”. Em nosso trabalho selecionamos as seguintes questões a serem respondidas: a) a tese levantada por Costa (2017) de que o crédito condiciona a organização do território e, não o contrário pode ser verificada? b) os bancos públicos como indutores de políticas públicas atuam para mitigar as desigualdades regionais?

Seguindo na esteira analítica elaborada por Méndez ([1997] 2004) os contrastes “interterritoriales” existentes do ponto de vista econômico e social do desenvolvimento geográfico desigual. Estes estudos geralmente incorporam uma tríplice perspectiva para Méndez ([1997] 2004, p. 325): 1) as condições territoriais para impulsionar o desenvolvimento, tanto internas, quanto externas; 2) os efeitos causados pelos processos de desenvolvimento, crescimento e subdesenvolvimento; e 3) a partir de uma Geografia aplicada e operacional estabelecer os efeitos das políticas públicas para o desenvolvimento humano, com suas necessidades e limites. Esta ideia se aproxima, e por isso evidenciamos, daquela sugestão de pesquisa feita por Monbeig (1957) sobre os estudos bancários na Geografia Humana e acrescentamos Geografia Econômica.

1.2 Delimitando conceitos geográficos na pesquisa sobre a Rede Bancária.

Apresentada uma digressão sobre abordagens da Geografia Econômica é possível acomodar a discussão conceitual a respeito daqueles os quais serão chave para compreender a rede bancária. Advertidos por Souza (2013) da utilização exagerada

precedente do conceito de “rede” na academia brasileira e francesa desde os anos 1980 e 1990 quando era uma “novidade”, pensamos em “refinar” o nosso entendimento acerca do conceito. Na organização econômica, a ênfase dos trabalhos desenvolvidos nesta perspectiva conceitual pode se dividir basicamente entre aqueles dedicados ao entendimento das relações regionais entre as firmas, indústrias e o mercado global e daqueles concentrados na compreensão dos processos de como os indivíduos e empresas constroem e usam socialmente as redes na esfera econômica (AOYAMA, MURPHY e HANSON, 2012).

Como lembrado por Santos (2008), as escalas regional e global exercem grande influência nesses estudos. Contudo o pioneirismo pode ser datado a partir do geógrafo francês Eliseé Reclus e do alemão Johan George Kohl nos séculos XIX e início do XX (SOUZA, 2013). No Brasil, a perspectiva se desenvolveu com influência na Geografia Urbana, onde destacamos Roberto Lobato Côrrea com a obra “*A rede urbana*” (CÔRREA, 1989) inspirado nos estudos de Walter Christaller sobre a teoria dos lugares centrais (MOREIRA, 2014). Podemos definir as redes como:

[...] socio-economic structures that connect people, firms and places to one another and that enable knowledge, capital and commodities to flow within and between regions. The concept helps explain how economic activities are organized across space and how economic relationships (between firms, businesspeople) influence growth and development in places (ANOYAMA, MURPHY e HANSON, 2012, p. 181)²

Essas estruturas socioeconômicas fazem parte da introdução de novas tecnologias como dialogam Santos (2008), Souza (2013) e Dias (2005) provenientes dos avanços das sucessivas revoluções industriais distribuídas entre os seus períodos de hegemonia, por exemplo, como os adventos da estrada de ferro, o telégrafo, o motor a vapor e ultimamente a robótica (SANTOS, [1996] 2008, p. 177). As redes geográficas conectam pontos no território permitindo fluxos se ligarem a fixos distantes em espaços inter-relacionados economicamente.

Tais processos permitem uma maior difusão territorial da produção do capital geograficamente abrangente, das pessoas e das ideias com alguns pontos de comando

² [...] estruturas socioeconômicas que conectam [...] pessoas, empresas e lugares, uns aos outros e que permitem o fluxo de conhecimento, capital e mercadorias nas e entre as regiões. O conceito ajuda explicar como atividades econômicas são organizadas através do espaço e como as relações econômicas (entre empresas, executivos) influenciam o crescimento e desenvolvimento nos lugares (ANOYAMA, MURPHY e HANSON, 2012, p. 181, Tradução livre).

aprofundando as táticas de gerência (HARVEY, [1992] 2012). O ordenamento e o reordenamento do território são os resultados diretos, sobre os quais as Políticas Públicas e os agentes (sociais e econômicos) constituem a sociedade (IBGE, 2008). Ainda que a estabilidade a longo prazo seja o pretendido, os processos de ruptura e continuidade das redes, incluindo a rede urbana fazem parte desta dinâmica (SOARES, 2011). No caso brasileiro a rede urbana é historicamente desigual no que tange o acesso à bens e serviços por partes significativas da população, distante dos fluxos materiais (CÔRREA, 1988).

Através de ações coordenadas, as empresas conseguem controlar objetos técnicos, regular a economia e o território. Nesta face da globalização caracterizada por Santos (2011) como perversa, pois “há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado” (p.27). A definição sistematicamente instalada como ideologia dominante de corolário da competição entre os indivíduos contrastando a solidariedade tecnicamente normatizada entre as grandes empresas.

Qualquer obstáculo para a taxa de lucro deve ser removido, logo as barreiras geográficas para a produção da mais-valia global (CHESNAIS, 2010) são sistematicamente destruídas independentemente dos riscos sociais para a maior acumulação do capital aumentando a aposta sistêmica em crises constantes (HARVEY, 2011). A divisão internacional do trabalho decorrente desse modelo de acumulação flexível (HARVEY, [1992] 2012) é a resultante generalizada na produção capitalista mundializada desde, ao menos, o último quartel do século XX.

Um dos conceitos que auxilia no entendimento das instituições bancárias no Brasil é o de hegemonia financeira (MINELLA, 2007). O autor descreve como a direção dos fluxos de capital são controlados pelo poder exercido no território. Como lembra Dias (2005) “a afirmação da hegemonia financeira sempre contém uma *dimensão territorial*, vista sob o ângulo das escalas geográficas” (p. 28), considerando que as escalas são construídas “histórica e hierarquicamente” a autora se aproxima da proposta de Vainer (2001), o qual defende que nos deparamos com processos e suas dimensões escalares, invariavelmente transescalares. Portanto “a organização das redes financeiras constitui fonte de poder e de controle para as instituições bancárias porque representa o domínio do espaço por meio da articulação entre as escalas geográficas” (DIAS, 2005, 29).

A hegemonia financeira articulada pelas escalas geográficas decorre de um processo específico conhecido como financeirização em sua etapa atual disseminado pela bancarização após o rompimento do acordo de Bretton-Woods³ (1944) e a resposta conservadora aos trinta gloriosos⁴ (1945-1975) com a onda neoliberal⁵. Mesmo tendo em conta que estes processos são unificados através, por exemplo, da expressão territorial representada pelos bancos tendendo aos “mais diversos tipos de mais-valia, esta se mundializa, beneficiando-se do aperfeiçoamento do antigo processo de autorregulação agora tornando mais eficaz a com a introdução de mecanismos baseados na informação em tempo real” (SANTOS, [1996] 2008, p. 210). A delimitação da diferença e/ou a similaridade dos conceitos bancarização e financeirização explica como o Brasil se inseriu de modo periférico no processo de mundialização.

1.3 Bancarização e financeirização: divergências e complementaridades.

A emergência da moeda como um meio de troca permitiu o desenvolvimento das economias de mercado e as trocas internacionais. Os mercados financeiros podem ser categorizados entre primários e secundários (ANOYAMA, MURPHY e HANSON, 2012). Nos primários, as formas financeiras são criadas por grandes corporações. E a intermediação financeira é feita por algumas instituições como os bancos, por exemplo.

³ “[...] established the US dollar as gold convertible with other currencies pegged to the dollar, along with the establishment of the two key international financial institutions, the World Bank and the International Monetary Found” (ANOYAMA, MURPHY e HANSON, 2012, p. 199). Em uma tradução livre: “[...] estabeleceu o dólar dos EUA como conversível em ouro com outras moedas ligadas ao dólar, juntamente com o estabelecimento das duas principais instituições financeiras internacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional” (ANOYAMA, MURPHY e HANSON, 2012, p. 199).

⁴ “[...] se nos remetermos aos fatos históricos, parece bem claro que os “Trinta Gloriosos” é que foram excepcionais, simplesmente porque a Europa acumulou, ao longo do período 1914-1945, um enorme atraso de crescimento em relação aos Estado Unidos. Tal situação foi logo dirimida durante os Trinta Gloriosos’. Uma vez que a recuperação chegou ao fim, a Europa e os Estados Unidos voltaram juntos à dianteira mundial, à fronteira tecnológica crescendo ao mesmo ritmo lento característico dessa posição” (PIKETTY, 2013, p. 100).

⁵ A onda neoliberal, ou a onda conservadora foi nas palavras de Piketty (2013): “a sensação de atraso, no caso britânico – teve papel fundamental no surgimento da ‘revolução conservadora’. Margaret Thatcher no Reino Unido e depois Ronald Reagan nos Estados Unidos prometeram reduzir o *Welfare State* (Estado de bem-estar) que teria amolecido os empresários e empreendedores anglo-saxões e voltar ao capitalismo puro do século XIX, o que permitiria que o Reino Unido e os estados Unidos recuperassem a dianteira. Ainda hoje, nesses países se considera com frequência que as revoluções conservadoras foram um franco sucesso, uma vez que tanto o Reino Unido quanto os Estados Unidos voltaram a crescer tão rápido quanto a Europa continental e o Japão. Na verdade, nem o movimento de liberalização instaurado por volta de 1980 nem o movimento de estatização adotado em 1945 merecem o excesso de honrarias ou indignações. [...] O máximo que se pode dizer é que o estatismo não fez mal. Do mesmo modo, uma vez que esses países alcançaram a fronteira tecnológica, não surpreende que tenham deixado de crescer mais rapidamente [...] as políticas de liberalização não parecem ter influenciado esta simples realidade, nem para cima, nem para baixo” (p. 102, adaptado pelo autor).

Dois autores marxistas, um inglês e outro francês, originaram os conceitos de financeirização e bancarização que são parte de suas principais teorias.

David Harvey (2012) sustenta que as transformações atuais do capitalismo contemporâneo, ou o que veio a ser chamado em alguns círculos de pós-modernismo, dizem respeito às mudanças de aparência do modo de produção asseguradas pela compressão tempo-espço. As contradições internas do capitalismo resultam, então, da dissolução das categorias do modernismo e do pós-modernismo, “entre centralização e descentralização, entre autoridade e desconstrução, entre hierarquia e anarquia, entre permanência e flexibilidade, entre divisão detalhada do trabalho e a divisão social do trabalho” (HARVEY, 2012, p. 305).

Chesnais (1996) complementa afirmando que a exacerbação desse processo se dá via “a mundialização [...] como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e da sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados” (CHESNAIS, 1996, p. 32). Uma das características irreversíveis da mundialização é o papel desempenhado pelo Investimento Externo Direto (IED). A ascensão do capital financeiro através dos grupos industriais, dos bancos e de grandes investidores individuais organizados em “redes” forçam em um “movimento excludente” (CHESNAIS, 1996) a subordinação de outros territórios a essa lógica perversa (SANTOS, 2011).

A financeirização se constituiu como um processo com várias fases ao longo da História. Hilferding (1965) e posteriormente Lênin (2012) se depararam com uma transição com gênese parecida no início do século XX, ficando conhecida como imperialismo (PARANÁ, 2016). Uma das principais contribuições de Hilferding (1963), além daquela clássica, presente também em Lênin ([1917] 2012) referente à unificação do capital bancário e industrial, gerando o capital financeiro. O processo da concentração do capital financeiro como formas parciais de capital unificadas e a contrapartida no âmbito da produção industrial como “una parte cada vez mayor del capital empleado en la industria es capital financiero, capital a la disposición de los Bancos y utilizado por los industriales” (HILFERDING, [1910] 1963, p. 254). O autor identifica com precisão única a conjuntura vindoura dos séculos XX e XXI, assim como Lênin ([1917] 2012) “da dominação do capital financeiro” (p.74). O pleno desenvolvimento desse imperialismo descrito pelos clássicos foi interrompido pela primeira guerra mundial (1914-1918) e a segunda (1939-1945).

O padrão atual da financeirização não emerge especificamente na principal economia capitalista – os Estados Unidos da América (EUA), mas na Inglaterra, como resposta conservadora durante os anos 1970 (CHESNAIS, 2010) à crescente concentração de poder na mão dos trabalhadores, sindicatos e do povo com a articulação entre Margaret Thatcher e Ronald Reagan (HARVEY, [1992] 2012; 2011). Estruturalmente ocorreu o deslocamento do centro de produção dos países centrais para os periféricos (dos desenvolvidos para os subdesenvolvidos), como forma de repressão contra a classe trabalhadora (HARVEY, 2011).

O mundo ocidental, num contraste das características democráticas com os países do leste europeu, começou ataque ao Estado de Bem-Estar Social (KURZ, 2015), culminando com a queda dos salários reais, controle (gerência) total sobre a classe trabalhadora e o medo ideologicamente implementado pela crescente massa pertencente ao exército industrial de reserva (CHESNAIS, 1996; 2010). Os trabalhadores foram compelidos a abdicar de saúde, família (lazer, cultura) e renda para manter níveis de produção elevados, numa justificativa muito menos assentada na meritocracia, do que na pressão do desemprego⁶. Em outras palavras, “mantenha os trabalhadores em constante estado de insegurança, pois assim será fácil tê-los sob controle” (CHOMSKY, 2017, p. 57).

O nexos Estado-finanças permitiu estruturalmente a acumulação de capital atingir nova etapa aonde “privatizações e ajustes fiscais, corte de direitos sociais e trabalhistas, crescimento da importância de títulos de dívida pública, especulação imobiliária e reconfiguração sócio-espacial das cidades para a valorização financeira” (PARANÁ, 2016, p. 54), tornaram-se agendas permanentes dos governos. A facilidade dos países em participar da globalização escondia o que Santos ([1988] 2012) caracterizou como a fábula e a perversidade do processo. A racionalidade de controle do espaço (HARVEY, [1992] 2012) na lógica neoliberal elevou as redes de logística (transportes) e comunicações a um patamar de extrema importância, interligando regiões antes isoladas da produção e circulação global dos fluxos econômicos de bens de consumo e financeiros. Como intermediários desse processo geral de acumulação do capital

⁶ O ex-presidente do Banco Central dos Estados Unidos da América (EUA), Alan Greenspan, uma década após o seu depoimento na Comissão de Economia do Senado norte-americano sobre questões bancárias, habitacionais e urbanas em 1997 admite “falha de sua ideologia” no período à frente do Sistema de Reserva Federal dos EUA (FED). Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081023_greenpan_errorg.shtml

financeiro da economia real, os bancos se beneficiaram acumulando poder (PARANÁ, 2016) e aprofundaram-se como a face visível da financeirização.

Desde então se discute a presença da bancarização como o meio de incorporar à economia, mais clientes através de serviços bancários (COSTA, 2014). Durante os anos 1960 prevalecia, no Brasil, a ideia de separar o dinheiro dos pobres e o dos ricos, por causa da capacidade de investimento e, principalmente, da consequência de diminuição do poder aquisitivo que existia entre a volatilidade inflacionária e cambial⁷. Portanto, as relações de solidariedade entre os rentistas e os objetos técnicos foram instalados no território como fixos, as instituições financeiras, consolidando o poder financeiro das classes mais acima da pirâmide social. Argumentamos que a financeirização como um processo recente e mais amplo incorporou a bancarização em seu período de maior predominância, amplificando a sua abrangência em escala mundial através das redes bancárias e de telecomunicação (serviços) com a intensificação dos fluxos monetários do capital financeiro.

Finalizada esta breve revisão teórica, respeitando o limite de cada abordagem sem adentrar nas polêmicas entre os autores, procuramos estabelecer uma linha de síntese para, então, apresentar como essas transformações se sucederam na economia brasileira. O impacto das mudanças causadas pela financeirização e bancarização do território e da sociedade no Brasil modificou o sistema técnico-científico informacional, especialmente quando consideradas as transformações das redes de telecomunicação e do sistema financeiro – com destaque o setor bancário (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011).

Os governos civil-militares⁸ de 1964-1985 (GOMES e LENA, 2014) inauguraram com a articulação solidária entre comunicações e finanças um novo período da história monetária e dos bancos no Brasil com a normatização do território a partir de leis de regulamentação, diminuindo o poder de monopólio do BB aprofundados posteriormente pela constituição de 1988 e a hegemonia das políticas

⁷ Disponível em <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/11/30/bancarizacao-e-financeirizacao/>> Acessado em 20 de abril de 2017.

⁸ Para uma explicação melhor sistematizada sobre a utilização do termo ditadura “civil-militar” ver o dossiê publicado pela Revista Opsi do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás publicado em <https://www.revistas.ufg.br/Opsi/issue/view/1410/showToc> no site outros números neste mesmo ano de 2014 abordam o tema. Neste ano foram realizadas em várias universidades do Brasil eventos sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. Na Furg ocorreu o Congresso Internacional 1964-2014 o quinquentenário do golpe que ceifou o processo democrático: histórias e memórias. A programação está disponível em <https://congresso1964furg.wordpress.com/programacao/>

neoliberais na década de 1990. Entretanto, faz-se necessário uma definição dos indicadores econômicos e socioeconômicos utilizados para desenvolver o nosso estudo sobre a rede bancária regional.

1.4 Os indicadores econômicos e socioeconômicos selecionados: a constituição de uma revisão bibliográfica, um banco de dados e os dados periodizados.

A elaboração de um banco de dados (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2012) foi formalizada e para tanto algumas fontes foram essenciais. Sendo necessário selecionar os indicadores que auxiliaram a prosseguir nesta pesquisa no sentido de entender a financeirização do território. Por isso foi imprescindível relacionar a concentração da espacialidade bancária apresentando a concentração das atividades bancárias relativas a depósitos e créditos (DIAS e LENZI, 2009); Dias (2011) no período.

Da sua relação com o PIB, e os índices de renda *per capita*, *Gini* (concentração de renda) e das quais poderá se compreender o momento econômico da região. Os indicadores de renda *per capita* e *Gini* e o IDHM foram retirados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil⁹, auxiliando na compreensão de como a renda estava concentrada naquela época e qual era a diferença dos mais ricos para os mais pobres.

A partir dos dados coletados na Relação Anual de Informações Sociais¹⁰ (RAIS) está sendo estabelecido um quadro dos empregos nos bancos comerciais e múltiplos, bem como os dados de estabelecimentos por município confeccionadas pelo Geógrafo Matheus Rodrigues de Oliveira (Tabela – 2, p. 54; Tabela – 3, p. 55; Tabela – 5, p. 62; Tabela – 6, p. 63) . Para a análise temporal do Produto Interno Bruto dos municípios selecionados serão utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹¹ (IBGE), organizados no site da FEE¹². O *site* disponibiliza este e outros dados econômicos sobre o Rio Grande do Sul.

Os Índices de renda *per capita*, *gini* (concentração de renda) e índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) nos municípios selecionados estão disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil¹³. O índice *Gini* foi criado

⁹ Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Acessado em 20 de Abril de 2017.

¹⁰ Disponível em < <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>> Acessado em 20 de abril de 2017.

¹¹ Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acessado em 20 de abril de 2017.

¹² Disponível em < <http://www.fee.rs.gov.br/>> Acessado em 20 de abril de 2017.

¹³ Disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acessado em 20 de abril de 2017.

pelo matemático italiano Conrado Gini é utilizado para medir a concentração de renda em um dado lugar. O valor varia de 0 (igualdade) e 1 (desigualdade), aonde 0 indica a situação de igualdade total de distribuição de renda e 1 é a concentração total. O *Gini* é calculado levando em conta a renda dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres (IPEA, 2017).

A renda *per capita* é o indicador no qual o produto interno bruto é dividido pela população, indicando o quanto cada pessoa tem em média de rendimento. O IDHM é um índice que estipula a expectativa de vida ao nascer, a escolaridade da população adulta, o fluxo escolar da população jovem e a renda *per capita*. Este índice serve como um contraponto ao uso exclusivo de índices econométricos como o PIB para explicarmos as diferenças entre os municípios na rede urbana. Esta associação entre os índices socioeconômicos é importante nesta pesquisa para reforçar ou refutar interpretações objetivas sobre os fenômenos socialmente postos e geograficamente disseminados.

Para dados sobre os bancos o *site* do Banco Central do Brasil (Bacen), na chamada Estatística Bancária por Município¹⁴ (ESTBAN), que disponibiliza séries históricas mensalmente atualizadas. A necessidade de coletar diferentes dados para o desenvolvimento da pesquisa fez com que fosse fundamental fontes variadas. A fonte primária de dados é o Fundação de Economia e Estatística (FEE) de onde foram coletados dados referentes ao PIB nacional, estadual e municipal.

Os bancos selecionados como principais são: BB, CEF, Bradesco, Itaú Unibanco, o Santander e o Banrisul. Para fins de síntese utilizaremos a nomenclatura oficial mais recente, pois é assim que a instituição é encontrada nos documentos do BACEN, HSBC e acrescentamos o Banrisul pela relevância regional, obedecendo a critério próprio de nossa pesquisa seguindo a norma técnica 97 de abril de 2011 do DIEESE¹⁵ intitulada “*O desempenho dos bancos em 2010*”. Esses bancos no ano de 2010 detinham 78% dos depósitos, obtiveram 62% de lucro líquido e 2/3 dos ativos do sistema bancário brasileiro. Há também rankings que dão conta a relacionar os bancos no conjunto e no setor presentes na revista Exame, na seção “Maiores em Finanças”

¹⁴ Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>> Acessado em 20 de abril de 2017.

¹⁵ Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec97bancos.pdf>> Acessado em 20 de abril de 2017.

intitulado os “50 maiores Bancos”¹⁶ e na Valor Econômico intitulado “Valor 1000” com as 100 maiores instituições bancárias¹⁷.

Estas são as fontes secundárias de dados. Entretanto tivemos alguns problemas de operacionalização da pesquisa com outras, que no caso seriam secundárias. A Revista Exame da editora Abril lança anualmente *ranking* com as 500 maiores empresas do país. Acontece que a fonte primária deles é a mesma utilizada por nós, o Bacen. Portanto os dados serão duplicados, para contornar essa situação nos utilizamos dos textos informativos sobre aquisições, estratégias de varejo, compra, venda e captação de recursos das instituições bancárias.

Para contornar a situação foram selecionados dados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. E com as fontes foram gerados indicadores de Bancos Comerciais – “os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral” (BACEN, 2018) e Bancos Múltiplos – são instituições financeiras que assessoram outras instituições financeiras “por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento” (BACEN, 2018) por município da AUSUL selecionando as seguintes variáveis: número total de estabelecimentos, o número de empregos e renda média do trabalhador por banco comparando a escala local, estadual e a nacional. Nota-se que este primeiro indicador não é o mesmo da ESTBAN, pois apresenta o universo total incluindo correspondentes bancários.

Dos recortes temporais estabelecidos fez-se necessário falar da gênese das instituições bancárias regionais e, posteriormente o período de normatização do sistema financeiro e bancário no território nacional, que compreende as legislações de 1964 e 1965. Este período de adequação dos agentes internos de mercado à nova hierarquia territorial estabelecida foi condenado pelo mercado externo por ser considerada de excessivo protecionismo. E então, na década de 1990 a experiência vivida na América Latina como um todo, e particularmente no Brasil ficou conhecida como a regulação

¹⁶ Revista Exame, Edição Especial: Melhores e Maiores – As 1.000 maiores empresas do Brasil. 2010.

¹⁷ Revista Valor Econômico, Edição Especial: 1.000 maiores empresas em 25 setores e 5 regiões. 2010.

neoliberal aonde agentes externos adquiriram as redes de empresas produtivas e de serviços na região.

Os programas conhecidos como Programa de Estímulo e Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) abriram o mercado brasileiro aos bancos estrangeiros e mesmo os nacionais para impulsionarem suas redes financeiras. No recorte temporal do período de 2003 a 2010 fica estabelecido, porque a década pós-neoliberal iniciou com estes governos um período de inclusão social no crescimento econômico nacional (CARDOSO, 2010). Verifica-se o potencial analítico dessa assertiva levando em consideração a fala¹⁸ de Marcelo Neri ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012) de que o crescimento extraordinário da China e da Índia nas duas últimas décadas levou boa parte dos países emergentes a diminuir seus índices de desigualdade, mesmo fator apontado por Piketty (2014).

Os governos do presidente Lula podem ser divididos em dois momentos quanto analisado o setor bancário (COSTA, 2014). O primeiro 2003-2006: de acesso “popular aos bancos” via bancarização e de disseminação de crédito permitindo ganho de economia de escala. E o segundo de 2007-2011¹⁹: fusões, aquisições e associações “com os bancos resultantes alcançando escala para competir internacionalmente em fase de apreciação da moeda nacional” (COSTA, 2014, p. 16).

Evidentemente os bancos não são agentes neutros, estão no mercado visando investimentos otimizados para adquirirem o maior lucro possível. Ao refletirmos sobre as diferenças entre a bancarização brasileira dos anos 1990-2002 e posteriormente a de 2003-2010, na qual a primeira foi marcada pela hegemonia do pensamento neoliberal enquanto a segunda ficou conhecida como a década inclusiva²⁰.

Dentre os principais programas macroeconômicos, destacamos o Programa de Aceleração do Crescimento²¹ (PAC), ou o PAC I e posteriormente o PAC II, era um

¹⁸Disponível em < <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/09/27/decada-inclusiva-desigualdade-pobreza-e-politicas-de-renda/> > Acessado em 21 de abril de 2017.

¹⁹ O recorte temporal selecionado para a pesquisa enquadra a década de 2003-2010, porém para evitar algumas arbitrariedades em relação a datas e adequação textual será admitida uma margem de um ano.

²⁰ Conforme indicado no documento do IPEA de setembro de 2012, número 155 – A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda, Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf acessado em 20 de abril de 2017.

²¹ Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> acessado em 20 de abril de 2017.

plano estratégico para garantir investimentos em setores com baixo desenvolvimento técnico-científico-informacional. A “sincronia” entre ambos os eventos foi fundamental para mitigar os efeitos da crise mundial (2008) gerando empregos e renda para os brasileiros.

A rede bancária pública cumpriu papel ativo nesta fase ao permitir através da bancarização da parcela da população beneficiada pelos programas sociais terem acesso aos bens e serviços do PAC. Destacamos aqui dois programas: o Programa Bolsa Família (BF) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PBF instituído pela Lei²² Nº 10.836, de Janeiro de 2004 é um programa de redistribuição de renda para transferir recursos entre famílias pobres (com renda *per capita* entre 85,00 R\$ e 170,00 R\$) constituídas por gestantes e/ou crianças entre zero (0) e dezessete (17) anos em idade escolar. O programa é a unificação de quatro programas do Programa Nacional de Acesso à Alimentação do governo anterior, do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) sendo eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastramento Único do Governo Federal.

O PMCMV foi promulgado pela Lei²³ Nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 estabeleceu inicialmente restritos entre cidades com mais de 100.000 habitantes foi expandido, após longo debate na Câmara dos Deputados e no Senado Federal aos demais municípios do país. O PMCMV era destinado ao financiamento de moradias também para trabalhadores de faixas salariais mais baixas para superar o histórico déficit habitacional do Brasil. Ambos os programas eram administrados pela Caixa Econômica Federal, para receber o BF as famílias deveriam ter um cartão do banco para sacar o benefício. No caso da do PMCMV, o processo era um pouco mais complexo e demorado. Entretanto, uma vez aprovado o projeto ou o financiamento direto o beneficiário tinha direito de acesso à moradia no tempo estabelecido para a conclusão das obras. Embora nossa abordagem sobre estes e outros programas de transferência de renda seja sucinta (Capítulo III), demonstram a visão governamental no período.

A partir da apresentação dos indicadores utilizados, das instituições pesquisadas, as normas e as políticas públicas acreditamos ser possível estabelecer as relações necessárias para entender os períodos nacionais de bancarização, a

²² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm acessado em 20 de abril de 2017.

²³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm acessado em 20 de abril de 2017.

financeirização do território e como as redes bancárias se estabeleceram no Brasil. Os próximos capítulos tratarão dos processos econômicos do setor bancário no Brasil, desde a gênese regional de instituições do SFN e dos períodos posteriores na rede urbana da AUSUL de bancarizações distintas de 1994 a 2002 e de 2003 a 2010.

II. Os bancos na economia do Rio Grande do Sul e no Brasil.

A necessidade de financiar políticas públicas no Brasil é um assunto contundente e recorrentemente levantado por diferentes administradores sejam políticos, juristas, agentes públicos ou privados. O gasto social pode ser oneroso se feito de modo equivocado, o que afasta, de certo modo, a iniciativa privada deste tipo de investimento (MAZZUCATO, 2014). Com retornos de média e longa duração considerados incertos, programas sociais para redução da desigualdade muitas vezes tem sua efetividade questionada. Algumas das perguntas recorrentes são: o que o sistema financeiro ou bancário tem a ver? Ou, o que o mercado em sua sabedoria de funcionamento poderia fazer?

A constituição do sistema financeiro brasileiro remonta a uma história de crises, rupturas e delineamentos de modelos econômicos distintos em diferentes períodos. Na, talvez, única medida “progressista” os governos civil-militares responderam os questionamentos do mercado financeiro – quais agentes arcariam com as políticas públicas. A modernização do SFN e do sistema bancário (1964) colocaram os bancos públicos como indutores das políticas sociais.

Os objetivos desse subcapítulo são: 1) apresentar a formação do sistema financeiro do Rio Grande do Sul – considerando haver uma limitação na literatura histórico-econômica sobre o sistema bancário regional, inclusive com o trabalho de Lagemann (1985) sendo considerado o principal referente ao tema; 2) a regulação moderna do Sistema Financeiro Nacional (SFN) de 1964; 3) os impactos do PROER (organização do sistema bancário privado) e do PROES (privatização do sistema bancário público) nos bancos públicos; 4) os processos de aquisições e fusões de bancos no Brasil.

O monopólio no uso da força e da criação da moeda são duas das principais atividades do Estado moderno (COSTA, 2014; FIORI, 2014). Segundo Sandroni (1999) os bancos “são empresas cuja atividade básica consiste em guardar dinheiro ou valores e conceder empréstimos” (p. 42). Ainda sob esta definição o nome é consequência da utilização usual, pois na antiguidade quando o comércio florescia as trocas eram realizadas “em bancos” de madeira. Como existiam limitações técnicas para percorrer grandes distâncias, alguns bancários faziam o serviço para os comerciantes, sendo responsáveis pelas primeiras atividades relacionadas aos bancos.

2.1 Gênese dos principais bancos do Rio Grande do Sul no sistema financeiro brasileiro.

Os bancos devem cumprir três funções básicas: a) viabilizar o sistema de pagamentos; b) oferecer segurança, rendimento e liquidez para aplicações e c) fornecer recursos para a criação e desenvolvimento de diferentes atividades econômicas. No final do século XIX e no decorrer do século XX alguns bancos nacionais, regionais e estaduais atuaram no Rio Grande do Sul. Os municípios de Pelotas e Rio Grande foram considerados para esta análise, pois desempenham um papel polo em relação aos outros municípios da AUSUL, estadual e até nacionalmente, sendo assim atraem mais investimentos financeiros e instituições. A predominância dos bancos no desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional:

“[...] hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*. [...] Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2008, pp. 238-239).

Os bancos regionais cumpriram papel importante no desenvolvimento do RS. Tanto na indústria quanto em outros setores é preponderante reafirmar estes pontos levantados por Lagemann (1985) e sua reclamação pertinente: a falta de estudos a respeito do setor financeiro deixaram margem a uma interpretação equivocada sobre o tema. No período em perspectiva da virada do século XIX para o XX o Banco do Brasil desempenhava as funções de Banco Central (CORAZZA, 2002). Enfatizamos três bancos regionais como foco de nossa análise: O Banco da Província do Rio Grande do Sul, o Banco Pelotense e o Banrisul.

As informações sobre a atuação dos bancos nacionais iniciam com o Banco da Província do Rio Grande do Sul (1851), que começou a atuar no ano de 1890 em Pelotas e em Rio Grande. O segundo foi o Banco Nacional do Comércio (1895), que abre no ano de 1915 filiais em Pelotas e Rio Grande e que em 1973 passa pelo processo de fusão, configurando o Banco Industrial e Comercial do Sul (BICS). O Banco Porto-Alegrense (1906) tem uma função mais local e em 1960 é incorporado pelo Banco Brasileiro de Descontos S.A. (Bradesco).

Quadro 1 – Bancos nacionais atuantes no Rio Grande do Sul (RS) no final do Século XIX e no Século XX.

Banco	Fundação	RS	Pelotas	Rio Grande	Situação em diferentes anos
Província do Rio Grande do Sul	1851	1851	1890	1891	1973, passa a integrar o Banco Sul Brasileiro.
Nacional do Comércio	1895		1915	1915	1973, Banco Sul Brasileiro.
Porto-Alegrense	1906	N/D	N/D	N/D	1960, Banco Brasileiro de Descontos S.A.
Popular do Rio Grande do Sul	1919	N/D	1921	N/D	1930, falência.
Pfeifer	1919	N/D	N/D	N/D	1973, Banco Sul Brasileiro.
Banco do Brasil	1808	1916	1921	1921	Principal banco nacional.
Banco do Rio Grande do Sul	1928	1928	1928	1928	Banco pelo qual o estado do RS atua no Sistema Financeiro.
Caixa Econômica Federal do Rio grande do Sul	1875	1875	1888	1888	Banco pelo qual o Estado desenvolve políticas públicas.

Fonte: (LAGEMAN, 1985). Adaptado pelo autor.

O Banco Popular do Rio Grande do Sul data de 1919 e era um dos bancos mais fortes do estado, por isto é estranhada na cultura popular da região sua falência em 1930 (LAGEMANN, 1985), embora tenha chegado a atuar em Pelotas em 1921. A Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (1875) futuramente passa a ser parte da CEF e atuando preferencialmente em Pelotas e Rio Grande. Até o início do século XX (1930) Pelotas e RG disputavam com Porto Alegre a produção industrial, após esta data a capital seria hegemônica (SORARES, 2011).

Ao longo das décadas, os bancos tinham um principal objetivo que era “atender às necessidades dos setores produtivos não atendidos pelos bancos privados” (BAER, 2002, p. 320). O Banco do Brasil foi o que mais se expandiu geograficamente. Com a fundação na década de 1950 do BNDES, que foi um importante instrumento do Estado para financiar obras de infraestrutura, a CEF começa a ganhar força na década de 1960, incorporando o Banco Nacional de Habitação. A consolidação de Pelotas e Rio Grande como portadoras de equipamentos urbanos e que prestavam serviços favoreceu solidariedade regional com o interior do estado (SOARES, 2011) e um certo equilíbrio a rede urbana. Entretanto, após a década de 1970 a excessiva concentração de investimentos em Porto Alegre causaria novas assimetrias rompendo esta estruturação geográfica (SOARES, 2011).

O autor confirma, ainda, que o sistema bancário gaúcho confirma o “paradigma histórico geral de transformação dos bancos de emissão em bancos de depósito” (CORAZZA, 2002, p. 499). Cita-se o caso do Banco da Província do Rio Grande do Sul, primeiro banco do estado fundado em primeiro de julho de 1858 na cidade de Porto Alegre através de um decreto real que lhe concedia a permissão de emitir papel-moeda (LAGEMANN, 1985). As notas eram fabricadas em Londres, o governo federal elegia um fiscal pago pela própria instituição e tinha voz nas reuniões de diretoria (CORAZZA, 2002). Esta burocracia, evidentemente, encarecia o custo de operações e não chegou a entrar na agenda cotidiana do banco que encerrou a atividade em 1861 (LAGEMANN, 1985).

No ano de 1885 a liquidação dos bancos do Brasil, Rural e Hipotecário (mais tarde dada a importância somente o BB voltaria a atuar), afetou o Banco da Província. Somado a isso, com a instauração da República Velha (1889-1930) e a instabilidade política o sistema bancário foi afetado em cheio. O Banco da Província tentou voltar neste período a emitir “notas conversíveis em ouro”, porém o governo federal negou (LAGEMANN, 1985).

Então começou a atuar no setor imobiliário concedendo empréstimos e financiamentos hipotecários e em 1909 foi autorizado a receber depósitos populares. Passa a atuar em outras cidades (em 1908 atuava no Rio de Janeiro): “Dom Pedrito, Jaguarão, Lajeado, Passo Fundo, São Gabriel e Taquara” (LAGEMANN, 1985, p. 32). No ano de 1910 a abertura de uma Carteira Hipotecária Real tentou preencher uma lacuna do financiamento destinado ao setor rural no RS (CORAZZA, 2002). Houveram também tentativas de financiar o setor de transporte com investimento na construção de vias férreas. A primeira durou de 1910 a 1904 com a “linha férrea de São Pedro (do Sul) a São Borja, com um ramal ligando Santiago a São Luiz (Gonzaga)” (LAGEMANN, 1985, p. 33). A obra foi interrompida em 1915 pelo governo federal, propondo o encerramento de somente um dos trechos entre São Pedro e Jaguari (LAGEMANN, 1985).

Ainda em 1910, se associou a bancos alemães que atuavam no estado para a criação de um “Sindicato Para Estudos e Construção de Estradas de Ferro no Rio Grande do Sul” (CORAZZA, 2002). A iniciativa não resistiu a combinação das crises europeia e brasileira com a retirada dos acionistas (CORAZZA, 2002). Em 1914, a crise brasileira atingiu o setor bancário (COSTA, 2014) e com o banco da Província não foi diferente. Lagemann (1985) elenca as medidas para solvência da crise: 1) a diminuição

da rede fechando agências em Quaraí e Itaqui, abrindo uma em Bagé. 2) a liquidação da Carteira de Crédito Real por causa do alto índice de inadimplência. Passada a crise, o estado voltou a crescer e o banco teve os seus maiores lucros até os anos de 1918 e 1919.

Entretanto, a década seguinte não seria das melhores. O Brasil tinha uma economia vulnerável externa e internamente a instabilidades econômicas. Assim sendo, a grande depressão de 1929 afetou fortemente o SFN. O banco da Província quase congelou suas atividades, mas continuou funcionando. Em 1973 foi incorporado ao banco Sul Brasileiro. Nos anos 1980, mais especificamente em 1985 passa a integrar o Banco Meridional e em 2000 é adquirido pelo Banco Santander.

O Banco Pelotense (BP), fundado em 1906 em Pelotas, começa suas atividades. A sua atuação se daria em: a) comprar, vender ou negociar títulos da dívida pública e ações, b) concessão de crédito; c) receber hipotecas; d) promover o movimento de fundos variados; e) importar, comprar e vender metais preciosos; f) negociar letras de câmbio; g) receber dinheiro em conta corrente; h) fazer e receber empréstimos penhorando com ouro; i) cobranças e pagamentos; j) emprestar dinheiro nacional e internacionalmente mediante garantias do prestamista (LAGEMANN, 1985).

O BP representava os interesses da pecuária e do charque gaúchos, principais setores da economia do estado quando foi criado (CORAZZA, 2002). Buscou captar recursos, primeiramente fora do RS e posteriormente chegou a instalar filiais em outros estados, com destaque a Minas Gerais (COSTA, 2014). Em outros estados da região sudeste, com participação majoritária no Banco do Espírito Santo (COSTA, 2014).

As três fases do Banco Pelotense – duas expansionistas e uma de retração foram: a 1ª) 1906-1909: nos centros comerciais do estado em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre e nos “centros urbanos da economia pecuária (Uruguaiana, Livramento, Alegrete, Bagé, São Gabriel, Itaqui, São Borja, São Vitória e Dom Pedrito” (p. 113). Posteriormente, nas regiões de colonização italiana, em Veranópolis, Caxias do Sul e Bento Gonçalves e, na alemã, em Estrela, Cachoeira, Santa Cruz e Novo Hamburgo, no centro do estado em Santa Maria e no planalto em Passo Fundo. A 2ª) 1919-1922: para fora do RS nos estados do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Paraná e Santa Catarina. E por fim, a 3ª) Criação do Banrisul e pós crise de 1929: a retirada de funções de depósitos do governo via Tesouro do Estado do RS e a Viação Férrea (COSTA, 2014) gerou um efeito em cascata com outros depositantes particulares, retirando o seu dinheiro do BP e levando para o Banrisul.

O Banco Pelotense nunca se recuperaria dessa última fase, incluindo também a grave crise de 1929 e a generalização dos seus efeitos no sistema bancário nacional. Lagemann (1985) e Corazza (2002) nos lembram dos motivos para a imobilização: primeiro, o desvio de função original do financiamento da pecuária e do charque²⁴ e, em segundo, o desequilíbrio entre ativos e passivos. Com a Crise de 1929 e a vitória de Getúlio Vargas (1882-1954), em 1930, o banco Pelotense recebeu uma ajuda do governo estadual de “moral duvidosa” não suficiente para evitar a sua bancarrota (LAGEMANN, 1985).

O Banrisul foi criado através do decreto número 18.374 de 28 de agosto de 1928 do presidente Washington Luís (1869-1957). O presidente do Estado Getúlio Vargas assinou o decreto 4.139, referente aos estatutos do banco em 6 de setembro de 1928. Em 12 de setembro de 1928 era inaugurado pelo general Firmino Paim Filho.

O General Paim Filho era advogado e considerado o mais conservador da geração de 1907 “como ficaram conhecidos os formandos da faculdade de Direito de 1907 e 1908, da qual faziam parte Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Joaquim Maurício Cardoso, entre outros” (MÜLLER, 1998, p. 74). Inspirados nas experiências uruguaia, argentina e paulista foi criado o Banrisul com capital inicial de cinquenta mil contos de réis. Mesmo sendo mantido pelo estado, o capital do banco era insuficiente para manter a carteira hipotecária, mesmo assim foi decidido manter o funcionamento adicionando a Carteira Econômica atuando, assim, como Banco Comercial.

Destacamos que a criação do Banrisul preenche dois vazios na político-econômica do RS: a de crédito rural de uma instituição com solidez financeira, mesmo em momentos de crise e, um banco que atuasse como braço do Estado na disseminação das políticas públicas principalmente nos setores de “saneamento, iluminação pública, construção de estradas e consolidação da dívida pública” (MÜLLER, 1998, p. 77). A internalização no RS de agências seguiu a seguinte ordem: Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul Novo Hamburgo em 1929 e em 1930 nos municípios de Bento Gonçalves, São Borja, Santa Cruz, Santiago, São Leopoldo, Tupanciretã, Dom Pedrito e Caçapava do Sul. Ainda em 1929, durante o primeiro ano de funcionamento, o Banrisul tinha 102 agências espalhadas pelo RS e, com correspondentes bancários na Europa e nos EUA.

O Banrisul com seu caráter público, associado às primeiras medidas de proteção externas e internas do sistema financeiro nacional adotadas por Getúlio Vargas durante

²⁴ Advertimos que estas atividades sofreram sucessivas crises nos anos 1920 e por isso o banco atuou fora de sua vocação no mercado tentando sanar as perdas e refinanciá-las.

a crise de 1928, como por exemplo, a “Caixa de Mobilização Bancária” em 1932, o fez resistir às diversas crises nacionais e internacionais do século passado e a privatização dos bancos estaduais, o PROER (melhor abordado em seguida), integrando com solidez o sistema financeiro regional e nacional. É importante destacar, ainda, que neste período era comum que bancos de uma determinada região pudessem abrir somente uma filial na capital de outros estados. Do ponto de vista da estratégia geográfica dos bancos, a legislação estatal limitava as suas atuações às praças financeiras previamente estabelecidas, em outras palavras, ou as instituições bancárias locais se estabeleciam regionalmente, ou desistiam de qualquer possibilidade regional mais ampla.

2.2 A reforma bancária de 1964.

As transformações normativas advindas da reforma bancária de 1964/1965 da Lei²⁵ no. 4.595 de 31/12/1964 e a conhecida como do “Mercado de Capitais” Lei²⁶ no. 4.728 de 14/7/1965 são precursoras das transformações modernas do sistema financeiro (CONTEL, 2011). Tais normas jurídicas institucionalizaram “conteúdos normativos” nas redes financeiras como um “corpo legal” necessário para as transformações da “difusão do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro” (CONTEL, 2011, p. 124). Alguns problemas estruturais deviam ser resolvidos para a modernização tecnológica.

Contel (2011) aponta três entraves no sistema financeiro nacional antes da regulação: 1) a falta de um mercado de capitais – não existiam títulos à venda, públicos ou privados, característica comum de financiamento em países economicamente mais avançados; 2) as empresas estatais eram financiadas com recursos da União, sendo que a insolvência e dívidas dessas empresas criavam problemas constantes de déficits e pressionavam o aumento da inflação e 3) a pouca disseminação de instituições financeiras criou problema de geração de crédito para as grandes, pequenas e médias empresas brasileiras competirem no mercado.

Após identificados os entraves ao pleno desenvolvimento do sistema financeiro nacional foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964, introduzindo as seguintes reformas: reforma fiscal, reforma da política habitacional e a

²⁵ Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm Acessado 20 de abril de 2017.

²⁶Lei nº 4595 de 14 de julho de 1965 disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm> Acessado 20 de abril de 2017.

reforma de remuneração dos títulos públicos “com a institucionalização da correção monetária” (CONTEL, 2011, p. 125). As três mudanças essenciais nas normas e técnicas financeiras permitiram o incremento do poder das instituições bancárias, as quais conferiram nova “racionalidade [...] ao uso financeiro do território brasileiro” (CONTEL, 2011, p.126).

A criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), ditando as diretrizes da política monetária e do Banco Central do Brasil (BACEN), diminuiu o número de atribuições do Banco do Brasil como principal autoridade monetária. É importante ressaltar que mesmo quando o Estado criou complexas institucionalidades e burocracia econômicas durante os ciclos desenvolvimentistas pertencentes às reformas de 1964/1965 somente resistiu “às pressões externas e à sua balconização interna” (COSTA, 2014) em algumas ocasiões. O BACEN responderia pela regulamentação das políticas monetárias do CMN:

“a) emitir papel-moeda e moeda metálica; b) executar os serviços do meio circulante; c) receber os recolhimentos compulsórios e depósitos voluntários das instituições financeiras; d) realizar operações de redesconto e empréstimo a instituições financeiras bancárias; e) exercer o controle de crédito do sistema bancário; f) efetuar o controle dos capitais estrangeiros que adentrassem o território; g) ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira; h) exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas em lei; i) conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que pudessem funcionar no país, estabelecer filiais no exterior, ou serem transformadas/fundidas/incorporadas; j) realizar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais” (CONTEL *apud* Oliveira, 2011, p. 129).

Neste período, o BB passou a atuar como sociedade de economia mista, ou seja, “configurando-se como banco comercial, apesar de exercer uma série de atividades não pertinentes a instituições desse tipo: [...] serviços bancários do governo federal [...] receber depósitos, financiando atividades industriais e rurais” (COSTA, 2014, p. 57). Embora tenha diminuído suas atribuições enquanto autoridade monetária, o BB manteve-se em posição privilegiada, realizando “manejo de recursos fiscais e a exclusiva capacidade de avançar crédito sem as restrições impostas aos demais bancos” (COSTA, 2014, p. 58).

Na esteira dessas transformações foi implementado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha o dever de suprir as necessidades habitacionais por causa

da crescente expansão demográfica urbana no Brasil. No Censo de 1970 a população urbana (55,9%) superou a rural (44,1%) no país. A constatação era de que a Caixa Econômica Federal precisava ser fortalecida como instituição de crédito imobiliário e o principal agente o BNH incorporou as CEF descentralizadas (COSTA, 2014; Dias; 2005). O BNH começou a “financiar o desenvolvimento urbano e social de modo a contribuir para melhorar a qualidade de vida da população brasileira” (COSTA, 2014, p. 87).

O Banco Nacional de Habitação coordenava o Sistema Financeiro de Habitação dividido em: 1) associado ao Fundo de Garantia do Trabalhador Segurado (FGTS) de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana com taxas de juros praticadas abaixo dos preços de mercado; e 2) o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) com subsídio de crédito para classe média a preços de mercado (COSTA, 2017).

À integração do sistema financeiro nacional faltava ainda a solidariedade empregada pelo avanço das telecomunicações. No final dos anos 1960 grandes parcelas do território nacional não eram integradas às redes de comunicações, “duas linhas de micro-ondas asseguravam a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, de uma parte e Rio, São Paulo Belo Horizonte, Brasília e Goiânia, de outra” (DIAS, 2005, p. 31). O avanço das telecomunicações começou progressivamente ligando, em 1969, pela região centro-sul e posteriormente com a Norte-Nordeste (DIAS, 2005). Dentro da “política industrial de telecomunicações [...] projetos de alta tecnologia, buscaram alcançar a fronteira tecnológica internacional, caracterizada pela substituição do paradigma eletromecânico pelo eletrônico” (DIAS, 2005, p. 31).

O Objetivo dessa integração foi alcançado em maior escala geográfica em 1985 com o sistema por satélite que “conectou todos os municípios às redes de suporte” (DIAS, 2005). Essas políticas levaram a consolidação do sistema bancário, a um cenário de difusão de bancos pioneiros no Brasil. As instituições não tinham a mesma capacidade de solvência dos grandes bancos nacionais, e no período de 1974-1988 levou “os velhos banqueiros à incorporação dos negócios falidos dos novos” (COSTA, 2014, p. 413).

A partir deste ponto, os bancos entraram em processo de conglomeração e internacionalização. A abertura de mercados possibilitada pela Constituição Cidadã de 1988 engendrou o Brasil no processo da mundialização financeira com algumas

adequações em andamento. Os economistas liberais aderiram à tese de que o país vivia em um sistema de repressão meramente “financeiro” (COSTA, 2014; DIAS, 2005). A saída somente se concretizou “após a Constituinte, que os ideólogos neoliberais conseguiram liberalizar o mercado financeiro, fazer a abertura externa aos capitais forâneos e denominar corretoras e distribuidoras de “bancos múltiplos” (COSTA, 2014, p. 414).

No Brasil, os bancos estão organizados hierarquicamente. Devem obedecer ao Bacen que é responsável por regular e disciplinar os agentes econômicos do sistema financeiro nacional, depois ao BB – hoje com o objetivo de promover desenvolvimento econômico como agente de mercado com espírito “público” – e a CEF, atuando na promoção de crédito ao consumidor e como braço para as políticas públicas de Estado.

Neste contexto de hierarquia há também o BNDES, que responde por financiar obras relacionadas à infraestrutura e investimentos em empresas brasileiras atuantes tanto nacionalmente como internacionalmente. Ainda subordinados ao Bacen, seguem os bancos de desenvolvimento regionais como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. E, em sequência, os bancos estaduais, que hoje são poucos. O Banrisul desempenha um papel polo nacionalmente reconhecido como forte agente atuante na economia regional. Como lembrado por Dias (2011), a organização “do sistema bancário no Brasil sugere que a interação entre normas que emanam de uma ordem global e aquelas internas em cada Estado-Nação” (p. 25) guardam suas particularidades nacionais. Este é um dado importante para o caso brasileiro e regional também.

A institucionalização de sistema financeiro é uma marca normativa, sendo um dos fatores externo, ou seja, para garantir investimentos o país precisa de uma normatização adequada do território. Para o aprimoramento, fator interno, do sistema bancário nacional, as telecomunicações tiveram que andar ao mesmo passo. Os fluxos de capitais não podem encontrar barreiras físicas, uma vez que do contrário buscarão por outros territórios. Existe uma clara preferência destes capitais por praças financeiras bem definidas (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011). No Brasil, isso significa dizer que poucos pontos do território serão escolhidos, como parte de uma estratégia de comando destas atividades. Entretanto, como lembra COSTA (2014):

“[...] Em termos de custo fiscal e orçamentos governamentais, *bancos públicos podem fazer “mais por menos”*. São nove vezes mais de alavancagem financeira, se comparar o valor em dinheiro necessário para executar diretamente políticas públicas com a mesma quantidade de recursos capitalizados [...] essas *instituições bancárias* podem gerar políticas públicas cujo efetivo sai por cerca de 10% do que seria o custo fiscal potencial” (p. 89, destacada pelo autor).

Contudo, nesse longo período de integração e modernização da economia brasileira, a preocupação com a bancarização efetivamente não se dava no âmbito das políticas sociais. Havia a preocupação de separar os riscos sistêmicos do investimento social, separando os rentistas dos pobres para a manutenção da hegemonia financeira das instituições bancárias (MINELLA, 2007). Algo denotativo do elitismo na política brasileira, quando considerado como os bancos públicos eram realmente tratados ao longo enquanto balcão de negócios (balconização) por políticos, inclusive os governos civil-militares, e a incidência desse tipo de prática no aumento da taxa de inflação (DIAS, 2005; MINELLA, 2007; COSTA, 2014).

Sob a égide do Conselho Monetário Nacional houve períodos de estabilidade econômica (1968-1973) e crescimento, bem como outros nos quais crises internacionais e instabilidades internas da moeda indexada. Com a abertura democrática gradual dos anos 1980 e, posteriormente, a constituinte em 1987 e a Constituição Cidadã em 1988 o sistema financeiro nacional passou por algumas regulações importantes ligados à planos macroeconômicos.

Foram vários planos macroeconômicos “se considerarmos o período de 1986 a 1991, a economia brasileira sofreu nada menos que cinco choques (Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II)” (CASTRO, 2005, p. 145). E como aborda Ricardo Carneiro (2002), nesta época diferentes matrizes econômicas estiveram em voga desde ortodoxas, Keynesianas e até mesmo liberais. Um problema central moveu todas: o elevado grau de estatização de nossa economia associada à baixa capacidade de investimento do Estado frente ao mercado interno inflacionado acabou por não sustentar um modelo de desenvolvimento econômico autônomo.

Do período interessa discutir como o sistema bancário se reorganizou frente aos desafios da desregulação internacional. A região concentrada (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011) formada pelos estados do Sul e do sudeste do país, conhecida por ser polarizadora, primeira a se integrar em meio as economias de arquipélago (FURTADO,

1998) desenvolveu forte base industrial e financeira. Os bancos em sua configuração territorial fizeram o (re)ordenamento dos fluxos de capitais do sistema financeiro.

O Brasil teve, até os anos 1990, uma rede bancária altamente marcada pela presença estatal e com a eficiência comprometida, pois respondia a muitas demandas sociais dos políticos no poder (BAER, 2002). No período da década de 1970 existiam 24 bancos estaduais e o Banco do Brasil, como principal banco nacional vinha “crescendo regularmente por muitas décadas” (BAER, 2002, p. 320). Nos anos 1980, a Caixa Econômica Federal incorporou o Banco Nacional de Habitação. Vale lembrar que este segundo foi criado durante o período militar em 1964, mesmo período do qual a “reforma bancária de meados da década de 1960 também resultaram em um processo de concentração bancária” (BAER, 2002, p. 321).

Existe um contexto político interno que ajuda a explicar a crise financeira de liquidez dos bancos públicos estaduais. Como afirma Neto (2011), salientando os anos de 1983, 1986, 1991 e 1995 onde: “As crises dos bancos estaduais coincidem com o fim dos ciclos eleitorais. A solução para as constantes crises financeiras dos bancos estaduais fazia parte da agenda política dos formuladores do Plano Real, e estava coligada diretamente com programas de privatização” (p. 133). Os governos estaduais via representação de interesses partidários, procuravam ganhar eleitorado fazendo políticas públicas financiadas pelos bancos estaduais, tal prática atenuava os problemas de liquidez destas instituições e estavam diretamente associadas à causa da alta taxa de inflação deste período, que compreende os anos 1980 até 1995. Então o Bacen e o governo federal resolveram agir para acabar com a situação.

2.3 Bancarização neoliberal dos anos 1990.

Com o resultado, em 1995, o governo federal instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) que promoveu “as aquisições de bancos com problemas patrimoniais” (DIAS, 2011, p. 29). Nos dois mandatos, o presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) foi responsável pela maior desnacionalização da história do sistema financeiro brasileiro (GONÇALVES, 1999). Esta expansão do neoliberalismo fez com que o governo recuasse quando deparado com a hipótese de vender ao capital estrangeiro os principais bancos como o Bacen, BB e a CEF. A economia brasileira chegou a um grau de desnacionalização na magnitude de 80% (GONÇALVES, 1999).

Com a crise bancária dos anos 1990, a tipologia bancária nacional aumentou consideravelmente, de modo que existem bancos de ordem comercial (de depósitos): operam com uma carteira comercial “instituição pública ou privada caracterizada por ter a intermediação do crédito de médios e curtos prazos para ser investido em agentes (deficitários) a partir de recursos (superavitários)” (SANDRONI, 1999, p. 43); de investimentos: instituições voltadas a captação de investimentos para aplicar na forma de créditos no sistema financeiro; de desenvolvimento (ou fomento): voltadas a políticas públicas específicas para o desenvolvimento de um país ou região; de exportação: voltada a captação de créditos para a exportação; hipotecários: voltada a captação de créditos relacionados ao setor imobiliário; e os múltiplos: operam com duas carteiras comerciais regulados pelo Bacen e pelo CMN, sendo que uma delas necessariamente precisa ser de crédito ou investimento, operam nas seguintes: “1) comercial, 2) de investimento e/ ou desenvolvimento, esta última exclusivamente de bancos públicos, 3) de créditos imobiliários, 4) de crédito, investimento e financiamento, 5) de arrendamento mercantil” (SANDRONI, 1999, p. 44).

Quadro 2 – Tipologia dos agentes que prestam serviços autorizados pelo Banco Central em 2010.

Tipo	Sigla
Agências	AG
Postos de Atendimento	PA
Unidades Administrativas Desmembradas	UAD
Postos Avançados de Atendimento	PAA
Postos de Atendimento Transitório	PAT

Fonte: Banco Central do Brasil. Organizado pelo autor. Acessado em 2017.

A tipologia empregada para classificar agentes econômicos que desempenham serviços autorizados pelo Bacen como empresas contratadas por instituições financeiras, como demonstrado no Quadro 2. As agências (não podendo ser transitórias), postos de atendimento (PA), unidades administrativas desmembradas (UAD), postos avançados de atendimento (PAA) e postos de atendimento transitório (PAT). Os principais são as lotéricas e os bancos postais. Seguindo a conceituação oficial²⁷, eles não podem ser considerados bancos, portanto são chamados de correspondentes bancários. Para

²⁷ Disponível no site do Banco Central < <http://www.bcb.gov.br/pt-br#!/home> > acessado em 01 de abril de 2018.

compreender o estágio atual da tipologia bancária brasileira apresentaremos um quadro geral das fusões e aquisições destas instituições.

2.4 Fusões e aquisições de bancos no Brasil: a organização bancária resultante.

No Brasil o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é a Agência reguladora do Estado responsável por fiscalizar fusões e aquisições de empresas. O Bacen, como previamente abordado, é o órgão responsável pela autorização, ou não, de funcionamento dessas instituições no SFN. A década de 1990 representou, quando da instauração do PROES, a vitória da “tecnocracia neoliberal” (COSTA, 2014).

Um dos condicionantes impostos aos empréstimos estaduais, em acentuada crise financeira na década de 1990, era a adesão ao programa de extermínio dos bancos públicos²⁸, como viria a ser conhecido posteriormente o PROES. Segundo Costa²⁹ (2018) “na visão ortodoxa os gastos públicos não financiados por arrecadação da dívida pública se sobrepujam aos ganhos privados”, portanto existia um “desequilíbrio entre a demanda agregada e a ofertada de bens e serviços causa da pressão inflacionária”.

Os limitadores burocráticos da atuação dos bancos estaduais – só podiam abrir uma agência na capital de outro estado, tendo assim a impossibilidade de colocar títulos da dívida estadual no “coração financeiro nacional”, em São Paulo (COSTA, 2014). Neste cenário, o governo federal preparou a privatização, desnacionalização e reorganização patrimonial destes bancos. Tanto os agentes externos (bancos e fundos internacionais), quanto os internos (bancos privados no Brasil) se interessavam pela oportunidade de adquirir redes bancárias inteiras, inclusive com suas carteiras de negócios intacta.

A desigualdade regional foi atenuada no período de 1994-2002, como veremos no próximo subcapítulo, a concentração de renda se perpetuou geograficamente pela rede urbana brasileira e regional, uma vez que o papel de indutor de políticas sociais das instituições bancárias públicas estaduais não era mais cumprido. Estes índices somente

²⁸ Para maiores detalhes sobre o PROES, o texto de Fernando Nogueira da Costa publicado na Folha de São Paulo em 2000 trás na perspectiva da época o desmonte dos bancos públicos estaduais. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0609200006.htm>>

²⁹ COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos Públicos para desconcentração regional do crédito. (2018). Disponível em < <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2018/02/15/bancos-publicos-para-desconcentracao-regional-do-credito/>>

seriam reduzidos pelas políticas públicas e atuação dos bancos federais na década seguinte (2003-2010) durante os governos democráticos, motivo deste estudo.

O Quadro 3 apresenta o status atual do setor público dos bancos no Brasil. Embora a pesquisa esteja inserida temporalmente com um recorte de análise definido nos anos 1994-2010, o tratamento das competências bancárias conforme a topologia atualizada é apropriada para entender o cenário destas instituições. No país existem seis instituições bancárias federais, duas interestaduais (o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e o Banco do Nordeste), sete estaduais e uma distrital localizada em Brasília. Nesta pesquisa optamos pelos bancos melhores localizados no índice da Dieese, entre os públicos federais, portanto, os escolhidos foram o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Pela importância regional selecionamos o Banrisul.

Quadro 3 – Competência dos Bancos Públicos no Brasil em 2018.

Banco	Competência
Banco do Brasil	Federal
Banco Central do Brasil	Federal
Banco da Amazônia	Federal
Banco do Nordeste do Brasil	Federal
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	Federal
Caixa Econômica Federal	Federal
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	Interestadual
Banco do Nordeste	Interestadual
BADESUL Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/ RS	Estadual
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	Estadual
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Estadual
Banco de Brasília	Distrital
Banco do Estado de Sergipe	Estadual
Banco do Espírito Santo	Estadual
Banco do Estado do Pará	Estadual
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual

Fonte: Bacen. Organizado pelo Autor. Acessado em 2018.

Seguindo a classificação da Dieese (2011) “O Desempenho dos bancos em 2010” sobre os principais bancos privados do Brasil em tamanho de mercado, o quadro 4 apresenta os seguintes dados: na terceira posição o Bradesco, na quarta o Itaú Unibanco, na quinta o Santander e na sexta o HSBC. Nas primeiras posições estavam o BB e a CEF, respectivamente. Dos dados possíveis de inferir alguma atenção destacam-se as posições dos bancos brasileiros em relação aos estrangeiros, os nacionais consolidados com sua rede geográfica e historicamente disseminada pelo país estão a

frente. Entretanto, as fusões que permitiram esse nível de concentração do setor bancário brasileiro somente podem ser vislumbradas quando olhado em perspectiva para a década anterior.

Quadro 4 – Posição dos principais bancos privados no Ranking da Dieese em 2010.

Banco	Posição no Ranking
Bradesco	3º
Itaú Unibanco	4º
Santander	5º
HSBC	6º

Fonte: Dieese (2011). Organizado pelo autor. Acessado em 2017.

As fusões e aquisições são recorrentes no sistema bancário brasileiro (COSTA, 2014; CONTEL, 2011). Entretanto, o PROES acelerou este processo em uma escala jamais constatada nas fontes oficiais. Os quadros 5 e 6 demonstram como alguns bancos estrangeiros foram se inserindo no Brasil com o atrativo de um país em vias de crescimento econômico, ou mesmo que representasse a inserção em um mercado estrangeiro historicamente complexo de participação (protecionista). Os programas de regulação do SFN nos anos 1990 (PROES e PROER) foram a primeira legislação concreta e contundente de abertura à participação de agentes externos no país.

Deste quadro (quadro 5) nos interessam, O Banco HSBC que começou a atuar no Brasil em 1997 quando da liquidação do Bamerindus pelo BACEN. O Banco Santander (espanhol) em um consórcio com o Royal Bank of Scotland em 2007 adquiriu o banco holandês ABN AMRO BANK pelo valor de 101 bilhões de dólares³⁰ realizou a maior compra da história dos bancos mundialmente registrada e em 2008 quando da fusão com o Banco Real. O Itaú Unibanco fez dois movimentos importantes, neste período, em 2006 adquiriu o Bank of Boston no Brasil e em 2008 teve sua fusão com o Unibanco aprovada no CADE. Nesta fase “megalomaniaca” da concentração dos bancos privados, além de adquirir a alcunha de maior banco privado nacional, passa a ser o maior do hemisfério sul³¹.

³⁰ O Estadão publicou a notícia em < <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.com-abn-santander-torna-se-o-maior-banco-privado-do-pais.61779>>

³¹ O portal G1 do Grupo Globo publicou o comunicado do Itaú Unibanco aonde a instituição autointitulada de maior do hemisfério sul em < http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL846978-9356.00-UNIBANCO+E+ITAU+ANUNCIAM+FUSAO+E+CRIAM+GIGANTE+FINANCEIRO.html>

Quadro 5 – Fusões e Aquisições dos principais bancos privados no Brasil.

Instituição de origem	F e/ou A ou liquidação/extinção	Banco
ABN AMRO BANK	Aquisição (2007)	Santander/ Royal Bank of Scotland
Bamerindus	Liquidado pelo Bacen e aquisição (1997)	HSBC
Unibanco	Fusão (2008)	Itaú Unibanco
Banco Real	Fusão (2008)	Santander
Sudameris	Aquisição (2003)	ABN AMRO BANK
Bank of Boston	Aquisição (2006)	Itaú Unibanco

Fonte: Bacen. Organizado pelo autor. Acessado em 2018.

A conformação do sistema bancário brasileiro também se deu por vias de incorporações com participação de agentes públicos. Evidentemente em uma razão muito menor. Os bancos privados brasileiros e estrangeiros por meio de aquisições e fusões consolidaram cada vez mais, ou amplificaram suas redes bancárias desde o PROES (1996). Uma aquisição que ajuda a elucidar este quadro (ver quadro 6) é a compra do Banco de São Paulo pelo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). O BANESPA foi adquirido em 2000 pelo Santander³².

Os bancos Real e o ABN AMRO BANK compraram uma instituição cada, respectivamente o Banco do Estado de Pernambuco (1998) e o Banco do Estado da Paraíba (2001). O Itaú Unibanco fez a aquisição dos bancos do Estado de Minas Gerais (1998), do Estado do Paraná (2000) e do Estado de Goiás (2001). Os bancos privados brasileiros foram os que mais acumularam aquisição de agências de bancos públicos nesta década.

O banco que mais concentrou aquisição de bancos públicos foi o Bradesco adquirindo os bancos dos seguintes estados: Amazonas (2002), Bahia (1999), Ceará (2005), Maranhão (2004), Mato Grosso (S/D), Rio de Janeiro (2011), Rio Grande do Norte (2008), Rondônia (S/D) e Roraima (1988). Os bancos públicos incorporados foram o do Estado do Alagoas, pela Caixa Econômica Federal em 2016, o Banco do Estado do Piauí (2008) e o Banco do Estado de Santa Catarina em 2009 pelo Banco do Brasil.

³² O leilão de venda do BANESPA foi “esnobado” pelo Itaú Unibanco, o que influenciou o Bradesco a fazer o mesmo. Com isso o Banco Santander teve as portas abertas para começar a atuar no país, com uma oferta de 7 bilhões de Reais. Notícia disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2111200002.htm>>

Quadro 6 – Fusões e Aquisições dos Bancos Estaduais no Brasil.

Instituição de origem	F e/ou A ou liquidação/extinção	Banco
Banco do Estado do Acre	Liquidação (2015)	N/D
Banco do Estado de Alagoas	Incorporação (2016)	Caixa Econômica Federal
Banco do Estado do Amapá	Liquidação (2016)	N/D
Banco do Estado do Amazonas	Aquisição (2002)	Bradesco
Banco do Estado da Bahia	Aquisição (1999)	Bradesco
Banco do Estado do Ceará	Aquisição (2005)	Bradesco
Banco do Estado do Goiás	Aquisição (2001)	Itaú Unibanco
Banco do Estado do Maranhão	Aquisição (2004)	Bradesco
Banco do Estado do Mato Grosso	Liquidação (S/D)	Bradesco
Banco do Estado de Minas Gerais	Aquisição (1998)	Itaú Unibanco
Banco do Estado da Paraíba	Aquisição (2001)	ABN AMRO BANK
Banco do Estado do Paraná	Aquisição (2000)	Itaú Unibanco
Banco do Estado do Pernambuco	Aquisição (1998)	Banco Real
Banco do Estado do Piauí	Incorporação (2008)	Banco do Brasil
Banco do Estado do Rio de Janeiro	Aquisição (2011)	Bradesco
Banco do Estado do Rio Grande do Norte	Liquidado (2008)	Bradesco
Banco do Estado de Rondônia	Liquidado (S/D)	Bradesco
Banco do Estado de Roraima	Liquidado (1988)	Bradesco
Banco do Estado de Santa Catarina	Incorporação (2009)	Banco do Brasil
Banco de São Paulo	Aquisição (1973)	BANESPA
Banco do Estado de São Paulo	Aquisição (2000)	Santander

Fonte: Bacen. Organizado pelo autor. Acessado em 2018.

As Caixas Econômicas Estaduais no Brasil sofreram duro golpe quando da implementação das políticas liberalizantes dos anos 1990. A única sobrevivente foi a Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul incorporada pelo Banrisul no ano de 1998 como consta no quadro 7. As Caixas Econômicas dos estados do Goiás, Minas Gerais (1998) e a de Santa Catarina foram liquidadas pelo Banco Central.

Quadro 7 – Fusões e Aquisições das Caixas Econômicas Estaduais no Brasil.

Instituição de Origem	F e/ou A ou liquidação/extinção	Banco
Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul	Incorporação (1998)	Banrisul
Caixa Econômica do Estado do Estado do Goiás	Liquidado pelo Bacen (S/D)	N/D
Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais	liquidado pelo Bacen (1998)	N/D
Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina	Liquidado pelo Bacen (S/D)	N/D

Fonte: Bacen. Organizado pelo Autor. Acessado em 2018.

Constam, ainda, as cooperativas de crédito, que embora não sejam parte integrante do nosso estudo são: o Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOP), o Banco Cooperativo Sicredi (SICREDI) e o Unicredi (sigla homônima). A resultante da

organização bancária com a cessão das redes bancárias estaduais à agentes estrangeiros e nacionais foi o agravamento das desigualdades regionais.

O setor bancário público sofreu uma taxa de privatização, quando analisado o período de 2003 a 2011, de 88,23% nada menos que quatorze instituições públicas passaram para a iniciativa privada. Enquanto somente três (17,64%) foram incorporadas pelos bancos federais (BB e CEF). O Bradesco acumulou um total de 52,91% dos bancos estaduais, enquanto o Itaú Unibanco 17,64% (três), o BB 11,76% (dois) e a CEF 5,88% (um) mesma porcentagem do Banco Santander. A expectativa era de que a concentração regional diminuísse as assimetrias do sistema bancário brasileiro, incluindo a desigualdade econômica.

A lacuna de investimentos sociais, a baixa taxa de empréstimos (crédito) e até mesmo financiamentos, como o imobiliário, não foi preenchida pelos bancos privados. Mazzucato (2014) afirma, a realidade objetiva brasileira confirma, que dificilmente agentes privados assumem os riscos de investimentos nas políticas públicas. Os bancos públicos, principalmente os federais assumiram o papel de indutores neste processo histórico, mesmo que a realidade da rede urbana regional denotasse um aumento da desigualdade e, portanto, qualquer investimento seria de difícil retorno e não recomendável.

III. Bancos no Rio Grande do Sul e na AUSUL: a dinâmica econômica de 1994-2010.

O capítulo visa apresentar como se encontrava a organização dos bancos, o emprego no setor bancário, os indicadores socioeconômicos e econômicos na Aglomeração Urbana do Sul no período de 1994 a 2010. Com uma periodização distinta para cada um dos governos do período: 1994-2002 e 2003-2010. A consolidação bancária nacional levou a efetivação de políticas públicas de inclusão através dos serviços bancários. A concessão do crédito foi considerável nessa década. Os processos de aquisição e fusão dos grandes bancos, no qual destaca-se aqui a fusão entre Itaú e Unibanco originando o maior banco privado do hemisfério sul e a do Banco do Brasil com o Nossa Caixa acirraram a disputa pelo controle do território.

As aglomerações urbanas seguem a seguinte delimitação em nossa pesquisa, a Lei Federal³³ número 13.089, de janeiro de 2015 que institui, altera e dá outras providências sobre o Estatuto das Metrôpoles de 2001, a publicação Região de Influências das Cidades (REGIC) do IBGE (2008) e o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2018). O estudo do IBGE (2008) permitiu através do “levantamento das ligações entre as cidades delinear suas áreas de influência e articulação das redes no território” (p. 11). Estas hierarquias foram estabelecidas levando em conta a formação dos centros urbanos: centros de gestão no território, magnitude dos relacionamentos, a região de influência e desigualdades regionais.

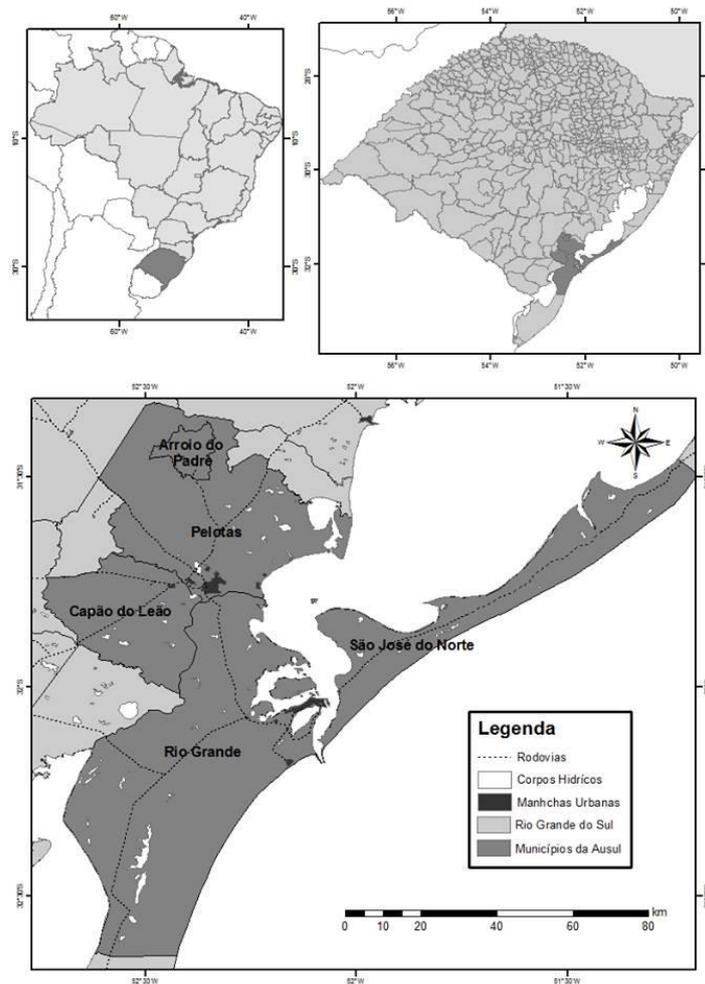
A Aglomeração Urbana do Sul (Figura 1) foi a primeira criada no RS durante o ano de 1990. Conforme o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul³⁴ (2018) era formada pelos municípios de Capão do Leão e Pelotas, posteriormente em dezembro de 2003 foram acrescentados os municípios de Arroio do Padre, Rio Grande e São José do Norte. No ano de 2004 foi instituída a Aglomeração Urbana do Litoral Norte com os municípios de Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. Brevemente apresentadas as distinções entre ambas, o nosso foco de estudo é a AUSUL.

³³ Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13089-12-janeiro-2015-780060-publicacaooriginal-145925-pl.html>> Acessado em 20 de abril de 2017.

³⁴ Disponível em < <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/aglomeracoes-urbanas>> acessado em 01 de junho de 2018.

A rede urbana gaúcha foi formada ao longo de dois séculos com processos de continuidade e ruptura, esta conformação histórica permitiu que a rede urbana do estado do Rio Grande do Sul fosse uma das mais complexas, de hierarquia particular e dinâmicas do Brasil ao transformar a sociedade (SOARES, 2011). Iniciada ao longo das primeiras décadas do século XVIII (SOARES, 2011) passou por diversos períodos de modernização do território (SOARES, 2011; SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011; MARTINS, 2016). A polarização da urbanização do RS dividida entre a do norte com fluxos direcionados à capital do estado Porto Alegre e a do Sul direcionada aos centros urbanos de Pelotas e Rio Grande (SOARES, 2011).

Figura 1: Localização da Aglomeração Urbana do Sul



Fonte: IBGE, 2012. Organizado por: Borges, Ricardo. (2015).

No decorrer do texto serão apresentados, no primeiro momento, a década neoliberal, comparando os indicadores econômicos e socioeconômicos da bancarização e o quadro demográfico no período. Assim será apresentada uma perspectiva mais geral dos programas federais de redistribuição de renda, em seguida, os dados referentes aos empregos e número total de estabelecimentos de bancos da AUSUL será tratada a evolução do Produto Interno Bruto dos municípios que formam a aglomeração. Logo, abordaremos a renda *per capita*, como a concentração de renda se deu com o índice de *Gini*, para tratar como a qualidade de vida medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal denotava um crescimento econômico e inclusivo. Uma perspectiva mais geral dos programas federais de redistribuição de renda, em seguida, os dados referentes aos empregos e número total de estabelecimentos de bancos da AUSUL No terceiro momento, serão demonstrados os dados referentes à financeirização do território e da sociedade discutindo a hierarquia territorial destas atividades na AUSUL.

3.1 A década neoliberal (1994-2002) e as consequências para a rede bancária na AUSUL.

O elevado grau de desnacionalização e privatização comprova o quão foi vulnerável a inserção periférica brasileira na globalização nos anos 1990 (CARNEIRO, 2002). É importante salientar que o crescimento econômico observado em países emergentes, sobretudo no Brasil, se deu por conta de atrasos tecnológicos (energia, indústria e mesmo serviços), no período 1994-2003, portanto, não procede o argumento liberal – do qual as privatizações moralizam o bem público, uma vez que o PIB aumenta artificialmente nesses casos (PIKETTY, 2014). E tampouco o argumento conservador que afirma que os empresários não são tão inovadores.

O quadro é resultado macroeconômico de um cenário geopolítico específico, no qual o PIB progride e, logo, encontra barreiras na produção para se expandir. Até se equilibrar com valores mais baixos, por exemplo, um país que cresce a uma média anual de 10% tende a manter essa taxa de crescimento por determinado tempo e, posteriormente se estabilizaria a 1% a.a. (PIKETTY, 2014). Como diz Carneiro (2002), confirmando, neste período o crescimento do PIB nacional foi medíocre. O primeiro mandato do FHC (1994-1998) subiu 2,48% e no segundo (1998-2002) 2,12%.

A privatização denunciada por Neto (2011) como incompetência política não afetou ao Banrisul. O banco se manteve entre os 15 maiores bancos no período de 1994-

1998 (GONÇALVES, 1999). Ressalta-se que como demonstrado por Carneiro (2002), os bancos privados tiveram maior protecionismo do governo, o que não se reverteu em crédito direto ao consumidor, pelo contrário, os bancos públicos continuaram mais eficientes neste quesito. O Brasil ocupava o último lugar no mundo quanto a porcentagem do PIB destinada ao crédito, enquanto países como EUA destinavam 160%, Japão 143% e na América Latina, o Chile 60%, o país empregava somente 23,8%.

Na escala nacional, o país passava por um momento de ajustes para consolidar o plano Real e, através dele, a moeda (CARNEIRO, 2002). Se articulam neste arranjo econômico as privatizações, liquidações e até mesmo incorporações de agentes financeiros pelo Bacen. Com a confluência de tantos bancos estrangeiros que começaram a atuar no Brasil nos anos 1990, primeiro devido a liberalização proporcionada pelo governo e segundo tendo em vista seu poder de compra se evidencia que para a estratégia de manter o Real como moeda nacional o Estado deveria agir. As autoridades se alarmaram com a possibilidade de perder os principais bancos nacionais – o BB, a CEF, o próprio Bacen e o BNDES.

A década de 1990 foi um período no qual o governo federal, após tentativas frustradas de conter a hiperinflação (CASTRO, 2005), desistiu do modelo de financiamento das liquidações dos bancos estaduais, que por décadas foram usados como braço eleitoral, ocasionando em problemas sérios de dívidas nestas instituições (NETO, 2011). O esgotamento do modelo aconteceu em um momento em que o entendimento era que estes agentes ajudavam a elevar a inflação e esta era a principal ameaça à estabilidade econômica da moeda e do país.

Regionalmente, os desdobramentos desta evolução econômica repercutiram com poucos pontos do território, responsáveis pelas agências de bancos que atuavam no sistema financeiro nacional. A tabela 1 apresenta o comparativo do número de agências instaladas no Brasil, na região sul e na AUSUL no período de 1995-2003.

Tabela 1 – Comparativo do número de agências dos bancos selecionados no Brasil, na Região Sul e na AUSUL no período: 1995-2002.

Bancos	Unidade Geográfica	1995	1998	2002
		Agências Processadas	Agências Processadas	Agências Processadas
Bradesco	Brasil	1853	2083	2507
	Sul	309	325	377
	Ausul	3	1	3
Banco do Brasil	Brasil	2839	2634	3162
	Sul	652	634	697
	Ausul	8	8	11
Banrisul	Brasil	312	370	372
	Sul	299	357	358
	Ausul	7	8	9
Santander S.A	Brasil	298	312	426
	Sul	192	175	171
	Ausul	4	4	3
Caixa Econômica Federal	Brasil	1678	1577	1701
	Sul	409	377	384
	Ausul	5	5	4
Itaú Unibanco	Brasil	1022	1053	1669
	Sul	148	178	355
	Ausul	2	3	3
HSBC	Brasil	0	991	991
	Sul	0	284	256
	Ausul	0	2	2

Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

A formação do meio técnico-científico-informacional, enquanto parte do circuito-extra-regional (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011) na AUSUL, demonstrou a consolidação de Pelotas (PIB em 2002: R\$ 1.733.276.308) e Rio Grande (PIB em 2002: R\$ 1.873.915.742) como municípios polo. Os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte por consequência do baixo dinamismo econômico apontado pelos PIB's não apresentam números expressivos de atividades dos bancos. Nota-se como a AUSUL no período de 1995 a 2003 constituiu um sistema bancário concentrado nos municípios de Pelotas e Rio Grande (Tabela 2) para uma porcentagem de 65,2% e 28,2% das agências bancárias da região. SJN aparece com somente 6,6% das agências.

O HSBC ainda não atuava no Brasil no ano de 1995, conforme a tabela 1 e anteriormente abordado. Com a passagem da década e a aquisição no Brasil da rede bancária do Banco Bamerindus, o número de agências nos anos 1998 e 2002 mantém-se intactas no Brasil e na AUSUL, com uma diminuição da presença na região sul de 9,1%. Os bancos com atuação mais concentrada na região sul e da AUSUL são o BB (11), a CEF (4) e o Banrisul (9) em 2002.

Logo atrás observam-se o Bradesco e o Itaú Unibanco com três agências cada. Um dado importante desta tabela, é que mesmo que via de regra, as instituições privadas

apresentem uma elevação no número de agências regional e nacionalmente, primeiro: este é um recorte com sete bancos selecionados, segundo: a concentração em poucos pontos do território para comandar as operações ainda é observado.

Tabela 2 – Evolução do número de estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 1995 a 2003.

	Anos	Brasil	Rio Grande do Sul	Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte	Total AUSUL
Bancos Comerciais	1995	3.915	177	0	0	7	3	0	10
	1998	1.795	47	0	0	4	2	0	6
	2000	1.115	22	0	0	2	1	0	3
	2003	479	8	0	0	0	0	0	0
Bancos Múltiplos	1995	11.012	971	0	1	18	9	2	30
	1998	13.222	1.161	0	1	23	10	2	36
	2000	14.588	1.204	0	1	27	13	2	43
	2003	15.540	1.253	0	1	30	13	2	46

Fonte: RAIS. Organizado por Matheus Rodrigues de Oliveira (2017).

O PROER e o PROES incidiram na AUSUL com rebaixamento dos níveis de emprego (Tabela 3) até então observados na região, onde 66,9% dos bancários perderam os empregos. A concentração nos municípios polo de Pelotas teve uma redução de 60,3% dos empregados nos bancos e de Rio Grande com expressivos 85,9% no decréscimo de trabalhadores bancários, marca o período no qual o programa estava em vigor na análise do trabalho de 1995 a 2003. A mudança de status de mercado nas carteiras de negócios para bancos múltiplos intensificou esse processo de retração do mercado de trabalho. A partir de então, tanto bancos públicos quanto privados optam por negociar com mais de uma carteira e expandir suas possibilidades de atuação no sistema financeiro.

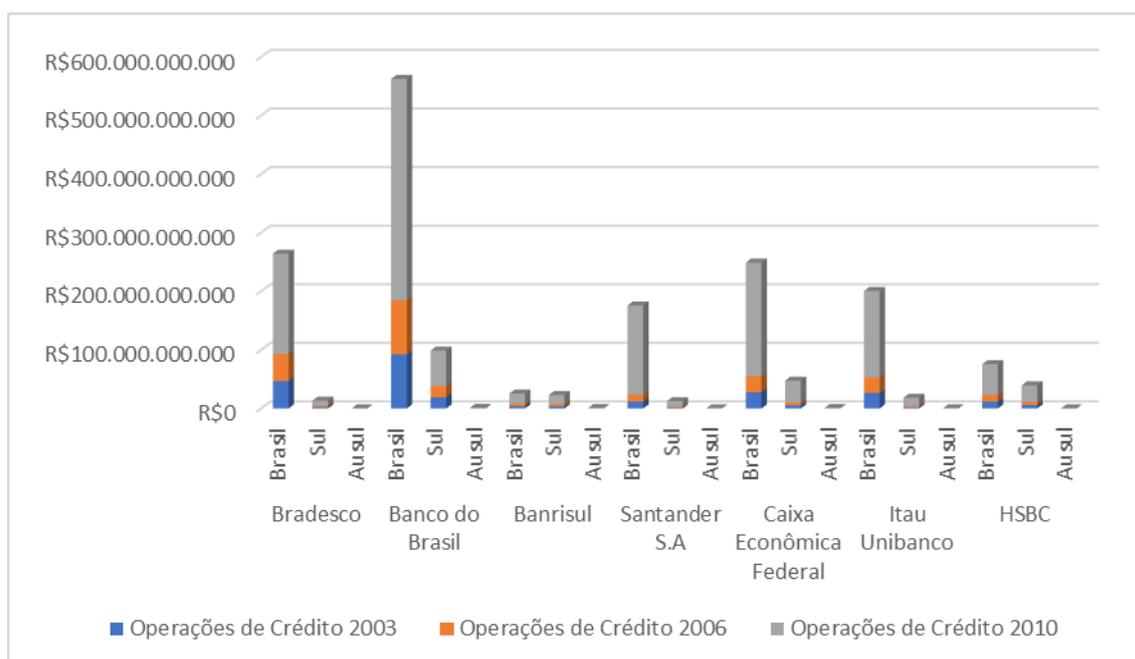
Tabela 3 – Evolução do número de funcionários nos estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 1995 a 2003.

ANOS	BRASIL	RS	ARROIO DO PADRE	CAPÃO DO LEÃO	PELOTAS	RIO GRANDE	SÃO JOSÉ DO NORTE	Total AUSUL
Bancos comerciais								
1995	113.613	3.338	0	0	131	58	0	189
1998	45.299	968	0	0	42	32	0	74
2000	28.248	343	0	0	25	12	0	37
2003	10.860	119	0	0	0	0	0	0
Bancos múltiplos								
1995	361.417	28.328	0	9	940	305	27	1281
1998	312.488	23.869	0	8	636	292	16	952
2000	306.941	22.377	0	9	590	270	22	891
2003	316.930	22.284	0	8	567	262	20	857

Fonte: RAIS. Organizado por Matheus Rodrigues de Oliveira (2017).

Duas variáveis selecionadas revelam o comportamento dos agentes de mercado, públicos e privados, na disseminação de crédito (gráfico 1) e como esses recursos são captados via depósitos bancários (gráfico 2). Os gráficos foram elaborados da seguinte escala geográfica: o total dessas operações no Brasil, na região sul e na Ausul no período de 1995 a 2002. A organização dos dados por porcentagem auxilia na síntese pretendida.

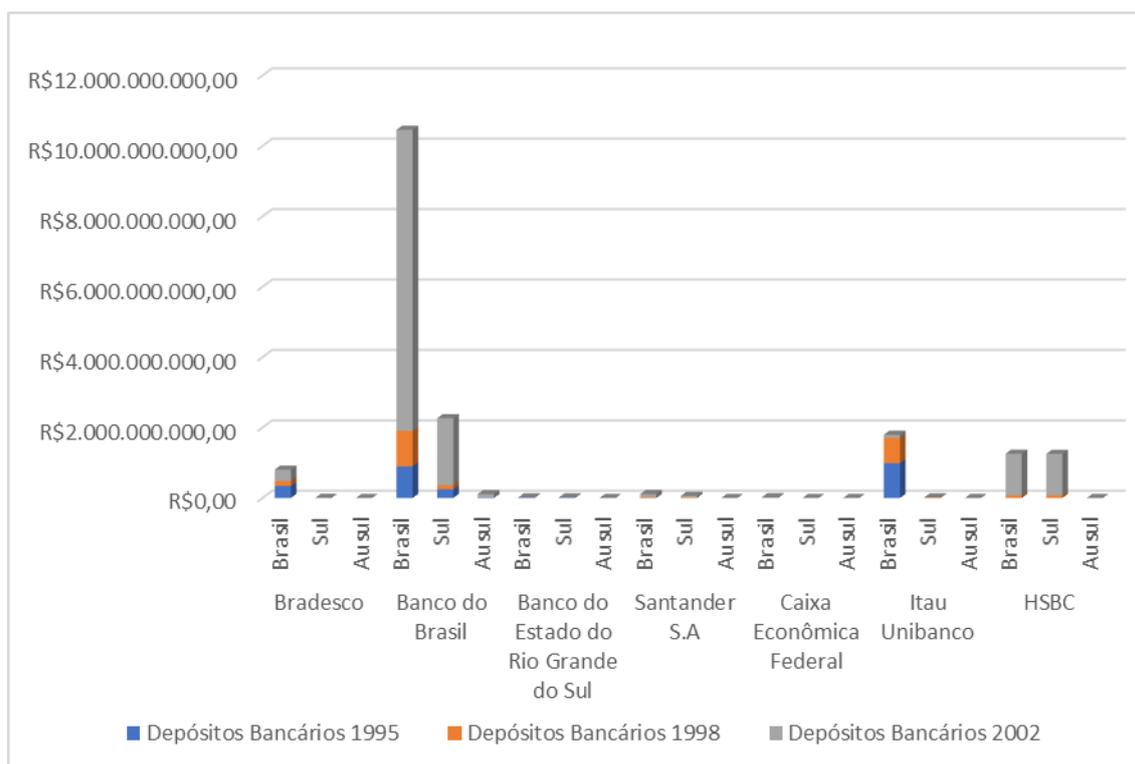
Gráfico 1 – Operações de crédito por banco no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 1995-2002.



Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

No início da série temporal, em 1995, os bancos públicos eram responsáveis na AUSUL por 87,7% da concessão de crédito, enquanto os privados concederam 12,3% das operações. No Brasil este número era semelhante, quando 79,3% do crédito bancário saía dos bancos públicos. Este quadro evoluiu para um patamar no qual os bancos públicos selecionados (BB, CEF e Banrisul) eram responsáveis por 99,2% da concessão de crédito na AUSUL em 2002. Por outro lado, os bancos privados cederam somente 0,8% de crédito para o consumidor na região. No Brasil, a diferença é menos discrepante com uma porcentagem de 55,5% para os bancos públicos e 45,5% para os bancos privados. Salientamos que esta diminuição significativa entre a atuação dos agentes públicos e privados no período tende a ser por conta da absorção dos bancos públicos estaduais pelos bancos privados (PROES).

Gráfico 2 – Depósitos Bancários no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 1995-2002.



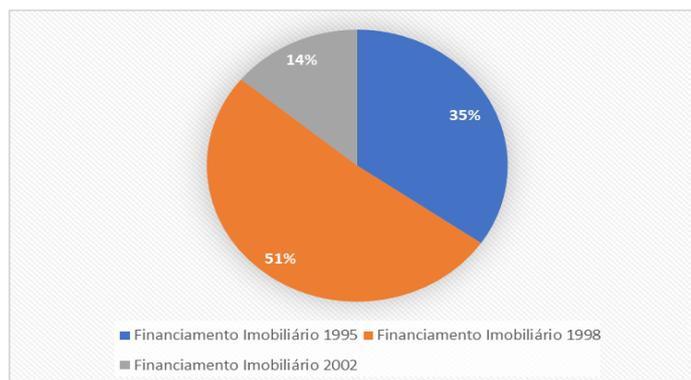
Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

Os bancos públicos, instituições que mais disseminaram liquidez na AUSUL não chegaram a captar os recursos novamente via depósitos bancários (ver gráfico 2). Em alguns casos, como da CEF e do Banrisul o retorno dos investimentos chegou a 0% (depósitos). Os bancos privados tiveram este mesmo problema. Mesmo este dado sendo compatível com o período em questão, vale ressaltar que os bancos públicos chegaram a representar quase 100% das operações de crédito (gráfico 1) na aglomeração urbana, o

que comprova o caráter de política pública dessas instituições no âmbito regional alimentando os fluxos de capital monetário.

A esfera do direito a moradia é fundamental para garantir a qualidade de vida e, um dos vários indicadores, que permitem uma aproximação entre os governos, os mercados (de créditos) e as populações (MARICATO, 2014). No Brasil a principal instituição responsável pela disseminação de financiamento imobiliário é a Caixa Econômica Federal, inclusive, evocando a sua vocação histórica (CONTEL, 2011; COSTA; 2014). Ao analisarmos os dados em *big data* das planilhas com pouco mais de 10.000 linhas e 60 colunas do BACEN, a ESTBAN chegamos a conclusão que excluir permanente os outros bancos da análise era possível³⁵. A CEF, em outras palavras, é o único banco responsável, dependendo do ano por uma faixa de mais de 90% do investimento habitacional no Brasil (gráfico 3).

Gráfico 3 – Financiamento Imobiliário da Caixa Econômica Federal no período 1995-2002.



Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

O gráfico 3 é referente ao financiamento imobiliário da CEF nos anos 1995 a 2002. Com as acentuadas crises internacionais da década é possível inferir que o crédito em 1995 foi o menor da série histórica com apenas, 14%. O ano de 1998, na fase especulativa do plano Real atingiu um montante de 51%, o maior dos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. O cenário externo desfavorável e interno de retração fez com que o ano de 2002 apresentasse uma retração de 16% dos anos anteriores. É mister levar em conta o papel da CEF na década neoliberal (1994-2002) ao espalhar pela rede urbana brasileira, regional e na AUSUL crédito imobiliário para regiões afastadas geograficamente dos grandes centros urbanos e, na consequente, falta desta via pelos bancos privados.

³⁵ Para confirmar a tese defendida nesta pesquisa ver os Anexos do trabalho nos quais os dados estão separados por cidade da AUSUL, região sul e o Brasil.

Na Aglomeração Urbana do Sul fica evidente o estabelecimento de Pelotas e Rio Grande como praças financeiras. A interiorização de agências nas localidades de São José do Norte e Capão do Leão denota a preocupação do Estado em levar políticas públicas e se manter presente enquanto agente. Os dados de renda *per capita* e concentração de Renda (*Gini*) – nos municípios de Pelotas, com renda *per capita* em 2002 de 685,88 e concentração de renda 0,59, começa a se desenvolver como principal município que atrai agentes bancários em seu território, o segundo preferido acabou sendo Rio Grande com a renda *per capita* 631,79 e concentração de índice de *Gini* em 0,56. Tais índices denotam um grau de desigualdade elevado nesses municípios. Os dados demográficos estão na tabela 4.

Tabela 4 – População no Brasil, nos estados da região sul e na AUSUL: Censos 2000 e 2010.

Localidade	População em 2000	População em 2010
Arroio do Padre	2.563	2.730
Capão do Leão	23.718	24.298
Pelotas	320.595	328.275
Rio Grande	186.544	197.228
São José do Norte	23.796	25.503
AUSUL	557.216	578.034
Rio Grande do Sul	10.187.798	10.693.929
Santa Catarina	5.356.360	6.248.436
Paraná	9.563.458	10.444.526
Brasil	169.798.885	190.755.799

Fonte: IBGE. Organizado pelo autor.

A população no Brasil (ver tabela 4) teve um aumento de praticamente 11% nos censos do IBGE 2000 e 2010. O Rio Grande do Sul historicamente um estado que apresentava sucessivas taxas de crescimento vegetativo negativo, apresentou um aumento de 4,9% da população. A média regional na AUSUL foi de 3,7%, enquanto as cidades concentraram população foram Pelotas com 328.275 e Rio Grande com 197.228 habitantes respectivamente.

Existem diferentes perspectivas para compreendermos a década seguinte (2003-2010) na economia brasileira. Elencamos três correntes distintas que tentam entender o período. A primeira atribuiu o sucesso dos governos democráticos do presidente Luís

Inácio Lula da Silva (Lula) à um suposto “brilhantismo” na condução da economia-política nacional pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, Lula estaria colhendo os frutos (GALVÊAS, 2010). A segunda, considera um fracasso total a década inclusiva e as estratégias econômicas conduzidas pelo presidente Lula, o Brasil cresceu (e foi muito, uma taxa de 7,5% em 2010) de acordo com esta corrente por consequência do *boom das commodities* e, convenientemente, pouco quando comparado com outros países emergentes, portanto esta seria uma década perdida (CARRASCO, MELLO e DUARTE, 2014).

E há uma terceira via como nos demonstra Carvalho (2018) na qual o acesso ao crédito, inclusão social na economia nacional e o crescente aumento do dinamismo do mercado interno “exige uma política voltada para a diversificação da estrutura produtiva” (p. 45) foram cruciais para assinalar os limites do período (2003-2010). Concordamos com Carvalho (2018) que avalia os governos do presidente Lula como positivos na história econômica e social brasileira. Do setor de serviços, nos interessa a organização bancária nesta década. A criação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003 foi essencial para a distribuição de renda enquanto o país crescia economicamente, em 2004 atendia 3,6 milhões de famílias e em 2010 alcançou o número de 12,8 milhões de beneficiários: “estudos econométricos especializados sugerem que entre 10 e 31% da queda do índice de *Gini*, que mede a desigualdade, deveu-se aos efeitos desse programa” (CARVALHO, 2018, p. 20).

A estratégia de Estado no Brasil quanto à instalação destes bancos públicos e sua presença concentrada mesmo nos municípios que somente têm agências públicas são para manter o controle territorial e estabilidade da própria moeda. O fim da era neoliberal marcada pela ascensão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir do primeiro mandato de Lula (2003-2006) promoveram uma bancarização, na qual as instituições bancárias financiaram de fato as políticas públicas e sociais. Uma análise mais precisa sobre o número de agências na região de estudo, o número de empregados nos bancos, a movimentação de ativos de crédito e de indicadores econômico e sociais como PIB, índice de *Gini*, de renda *per capita* e o IDHM servem para alcançar o nosso objetivo. Sendo o tema do próximo subcapítulo.

3.2 O papel das políticas de redistribuição de renda no Brasil: um perfil a partir das políticas públicas selecionadas.

Os programas de transferência de renda são essenciais para a redução da desigualdade. Em 2009 representavam, no Brasil, 14% do PIB (NERI, VAZ e SOUZA, 2014). Em curso naquela década haviam várias ações de transferências de renda governamentais: regimes da Previdência Social, Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família, Abono Salarial, Seguro Desemprego e o Fundo de Garantia do Trabalhador Segurado – FGTS (NERI, VAZ e SOUZA, 2014).

Segundo Neri, Vaz e Souza (2014) “cada multiplicador correspondente ao crescimento do PIB resultante de cada dólar adicional injetado em cada transferência” (p. 36). O PBF, em outras palavras, representa o maior efeito comparado aos outros programas, cada 1% de gastos do governo aumenta a atividade econômica em 1,78% (NERI, VAZ e SOUZA, 2014). Os autores defendem a hipótese de que investimentos sociais promovem crescimento econômico, obviamente quando se atenta à “expansão da cadeia produtiva do país” (p. 36).

A natureza do PBF fez com que o componente espacial ganhasse nova conotação. A política é baseada na noção de “*spatial blind*, uma vez que o seu foco é definido a partir da situação individual, sem qualquer referência a localização territorial ou regional” (NETO, e AZZONI, 2014, p. 41). Esta característica a difere das políticas públicas tradicionais “focadas na atração de investimento produtivo” (NETO e AZZONI, 2014, p. 41).

Dentre estas políticas destacamos duas segundo Higgins e Neves (2016): a) o CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB) que era regionalizado na região nordeste e, posteriormente se regionalizou pelo Brasil; e b) inspirou o surgimento do programa federal Crescer. Ambas as políticas se inserem na atuação dos bancos na concessão de microcrédito em áreas urbanas e são disseminadas pelo governo federal, uma vez que o principal acionista do BNB é a União.

No Rio Grande do Sul o Banrisul evocando a sua tradição histórica investe no desenvolvimento agrícola, são eles: o Programa Mais Água, Mais Renda³⁶ e o Programa

³⁶ O programa se destina à investimentos em implantação, ampliação e adequação dos sistemas de irrigação e cisternas nas lavouras. Disponível em <http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw06hn_conteudo_detalhe2.aspx?secao_id=2309>

Sementes³⁷. Mazzucato (2014, p. 28) elogia a participação dos bancos de desenvolvimento na concessão de crédito e combate às desigualdades regionais como exemplos de “empreendedorismo” estatal. Para finalizar, o PBF foi responsável entre os anos de 1995 e 2006 por uma redução de 15% da desigualdade regional de renda no Brasil (NETO e AZZONI, 2014). O próximo subcapítulo apresenta o quadro da concentração bancária na rede urbana regional, para estabelecer os primeiros parâmetros constituintes da bancarização no período de análise.

3.3 Concentração da atividade de estabelecimentos bancários na Ausul: comparativo com o Rio Grande do Sul e o Brasil.

As praças de serviços e industrial formadas desde o final do século XX e século XXI, Pelotas e Rio Grande respectivamente, continuaram atraindo o interesse dos bancos. A desregulação anterior e as novas normas do território permitiram que os bancos concentrassem seus esforços na disseminação do crédito. A atividade ficou concentrada principalmente nos bancos múltiplos por conta das fusões, aquisições e liquidações (DIAS, 2011) readequou os trabalhadores bancários às novas necessidades do meio técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011).

Os municípios de Pelotas e Rio Grande concentraram a atividade bancária na AUSUL. Prova disso é o duplo monopólio que se nota ao analisar os dados da concentração da atividade dos bancos comerciais, em plena decadência. Porém os BM ficaram concentrados em 70% e 30% respectivamente instalados em suas praças financeiras. A tabela 5 mostra a evolução do número de estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil comparando na série histórica o período que vai de 2003 a 2010.

³⁷ Programa destinado a orientar estilos de agricultura sustentável nas comunidades aonde o Banrisul está inserido. Disponível em <
http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw06hn_conteudo_detalhe2.aspx?secao_id=2309>

Tabela 5 – Evolução do número de estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 2003 a 2010.

	Anos	Brasil	Rio Grande do Sul	Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte	Total AUSUL
Bancos Comerciais	2003	479	8	0	0	0	0	0	0
	2006	312	4	0	0	0	0	0	0
	2008	557	5	0	0	0	0	0	0
	2010	162	3	0	0	0	0	0	0
Bancos Múltiplos	2003	15.540	1.253	0	1	30	12	2	45
	2006	16.755	1.272	0	2	26	14	2	44
	2008	14.588	1.316	0	2	26	14	2	44
	2010	15.540	1.384	0	3	27	15	2	47

Fonte: RAIS. Organizado por Matheus Rodrigues de Oliveira (2017).

Os dados sobre os bancos comerciais deixam evidentes a perda de importância deles na região ao longo da década. A participação destes agentes chegou a zero, porque como a legislação do PROER permitiu que estes bancos trocassem de carteira de negócios com maior facilidade eles migraram na grande maioria, sendo isto um fenômeno nacional, para a classificação de bancos múltiplos (BM) que permite uma maior flexibilidade de atuação no mercado financeiro. Então, nota-se que os BM vão ganhando importância neste contexto. E mais uma vez, Pelotas e Rio Grande demonstram atrair mais destes investidores para os seus municípios. No ano de 2010 a primeira chegou a ter 57,4% do total de BM regionais, enquanto a segunda tinha 31,9%. Nacionalmente desempenharam um papel mais modesto, em quanto Pelotas tinha 0,17%, Rio Grande tinha somente 0,09%.

O aumento da participação dos bancos múltiplos na economia nacional, deixa claro os efeitos da década neoliberal, regionalmente a atividade continua concentrada nos municípios nos quais a economia apresenta maior dinamismo. Contudo a realidade para o emprego foi drástica. A Caixa Econômica Estadual foi incorporada pelo Banrisul. Entretanto se observou no decorrer da década em análise uma diminuição de empregados no setor, neste quadro acrescenta-se as demissões em massa e mesmo as voluntárias (PIRES, 1997) enquanto o número de empregados nos bancos múltiplos se mantém praticamente estável. A Tabela 6 mostra a evolução do número de funcionários nos estabelecimentos bancários comparando a AUSUL, o RS e o Brasil.

Tabela 6 – Evolução do número de funcionários nos estabelecimentos bancários na AUSUL, no Rio Grande do Sul e no Brasil de 2003 a 2010.

ANOS	BRASIL	RS	ARROIO DO PADRE	CAPÃO DO LEÃO	PELOTAS	RIO GRANDE	SÃO JOSÉ DO NORTE	Total AUSUL
Bancos comerciais								
2003	10.860	119	0	0	0	0	0	0
2006	7.703	18	0	0	0	0	0	0
2008	4.837	26	0	0	0	0	0	0
2010	4.785	08	0	0	0	0	0	0
Bancos múltiplos								
2003	316.930	22.284	0	13	534	260	20	849
2006	342.517	30.719	0	14	532	282	20	848
2008	373.777	28.617	0	10	522	283	19	834
2010	392.552	20.296	0	24	542	285	22	873

Fonte: RAIS. Organizado por Matheus Rodrigues de Oliveira (2017).

Como dito anteriormente os bancos comerciais vão deixando de participar da economia regional ao longo do período de 2003 a 2010. Os BM aumentaram o número de funcionários de modo muito pouco significativo no estado do Rio Grande do Sul, a retração ao final da década, após o pico de 30.719 empregados em 2006 chegou a 51,35%. Nacionalmente o quadro foi diferente, os empregos no setor se mantiveram em crescimento, no ano de 2010 chegando a registrar 23,86% em relação a 2008. Em quase uma década Pelotas aumentou apenas 1,49% a mão de obra com carteira assinada. Regionalmente se destacam Pelotas e Rio Grande, no ano de 2010 a primeira com 62,08% do total de empregos dos bancos múltiplos, e a segunda com 32,64% do total da AUSUL.

A participação relativa dos municípios Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte se mantém numa média estável e muito abaixo das praças financeiras. Destacam-se os fatores locais relacionados também a concentração de serviços e mão de obra qualificada (COSTA, 2017) nas cidades polo da rede urbana da AUSUL. As taxas de desemprego estão associadas à Automação Bancária, neste período, além de que as privatizações denotam forte impacto no trabalho neste setor (NETO, 2011).

Por fim, se for estabelecida uma hierarquia bancária na AUSUL, os municípios de Pelotas e depois Rio Grande ficam no topo tanto do número de empregados no setor bancário quanto no número de agências concentradas por município. Isso significa dizer que por formarem praças financeiras os bancos tendem a se concentrar em seus

territórios, como quando observados os dados das Tabelas 5 e 6 onde ficam evidentes as preferências dos bancos por estes municípios. A tabela 7 a apresenta a taxa de evolução dos PIB divididos por municípios, o RS e o Brasil nos respectivos anos.

Tabela 7 – Variação do Produto Interno Bruto (% a. a) por município da Aglomeração Urbana do Sul, do Rio Grande do Sul e do Brasil de 1996-2010.

Unidade Geográfica	1996-1997	1997-1998	2000-2001	2002-2003	2003-2004	2007-2008	2009-2010
Arroio do Padre (RS)	-	-	-	53,26	0,6	9,6	28,2
Capão do Leão (RS)	7,05	0,24	9,25	24,25	10	17,2	32
Pelotas (RS)	15,74	5,42	8,62	22,4	0,9	10,8	19,9
Rio Grande (RS)	32,75	10,95	18,03	36,08	0,9	19,15	11,9
São José do Norte (RS)	12,9	16,7	24,68	30,78	12,06	21,72	21,86
Rio Grande do Sul (RS)	10,52	4,13	12,82	34,93	9,9	13,2	18,05
Brasil	1,2	-3,4	-3	-1,6	4,5	-1	7,5

Fonte: FEE/ Núcleo de Contabilidade Social. Organizado pelo autor.

O comportamento do PIB nos municípios comparando com a situação estadual e o Brasil demonstra ser possível realizar uma análise com todas as outras localidades da AUSUL. No período de 2003 a 2004 o PIB de Pelotas e Rio Grande cresceu em médias similares, 0,9%. Entretanto eram os maiores da região, a primeira com R\$ 1.959.309.323 e a segunda com R\$ 2.453.544.578 de valor nominal segundo a FEE (2017). O contraste a este crescimento foi o aumento expressivo observados nos dados de Capão do Leão que apresenta 32% no biênio 2009-2010 posterior a crise de 2008, o PIB municipal alcançando R\$ 272.055.710. A taxa de crescimento do PIB estadual se manteve estável no período, enquanto o nacional foi um pouco abaixo das mesmas médias, porém com expressiva capacidade de recuperação de -1% em 2007-2008 para 7,5% em 2009-2010.

Este período nacionalmente foi marcado pela forte valorização cambial do Real (COSTA, 2014), uma moeda forte significa manter uma segurança geopolítica que permite o Estado criar as bases para o desenvolvimento econômico em seu território, além disso, em um cenário de crise permitiu que os investimentos em crédito bancário amortecessem os seus efeitos. O investimento federal na criação de plataformas para a exploração do pré-sal e a instalação de novos parques industriais nos municípios da AUSUL, alavancou os números do PIB durante a crise global. Como lembra Martins (2016):

“O parque industrial da AUSUL teve crises ao longo dos últimos anos e está concentrado nas duas cidades polos, apesar da atividade madeireira em São José do Norte, com a presença de empresas como a Florestal Pinnus Sul, Indústria Litoral e Serraria Periquito, e da construção do estaleiro EBR e de alimentos em Capão do Leão, como a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda. (Cosulati), a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) e o grupo Marfrig, tornando a VAB industrial do município a primeira da região: 39,2% superior aos 34,4% de Rio Grande” (pp. 134-136).

Os municípios que formaram praças financeiras na AUSUL mantiveram um panorama de crescimento do PIB regionalmente em primeiro lugar Rio Grande finalizando a década com R\$ 5.143.120.718 (109,6%) e em segundo lugar Pelotas com R\$ 4.227.939.552 (115,7%). Um contraste com os municípios de Capão do Leão e São José do Norte, a última teve o PIB R\$ 205.441.909 em 2010. É possível afirmar a partir destes dados que Rio Grande e Pelotas fazem parte de um processo chamado por Santos e Silveira (2011) de “concentração e dispersão” como “caminhos da financeirização da sociedade e do território” (p. 178).

No decorrer do período que vai de 2003 a 2010 os efeitos do PROER fizeram com que os bancos comerciais fossem perdendo importância regionalmente, uma vez que pela estratégia de flexibilização de negócios estas instituições começaram a optar por se tornarem bancos múltiplos. Nacionalmente os empregos no setor foram diminuindo, como efeito das fusões, aquisições e incorporações. Portanto a partir de agora é possível avançar no entendimento daquele momento econômico para a AUSUL. Por outro lado, a implementação do PAC deu novo dinamismo a região, bem como as políticas públicas anteriormente criadas. A crise de 2008 impactou negativamente o número de empregados com estabilidade nos bancos em escala nacional, de 30.719 empregados no setor em 2006 apenas 20.296 continuaram empregados.

3.4 Tipologia bancária na AUSUL: bancos, concentração da atividade de depósitos e evolução de operações de crédito bancário de 2003 a 2010.

A década de 2000-2010 teve um alto dinamismo econômico com a reorganização do setor financeiro brasileiro, principalmente pela ação do Estado as transformações “econômicas, normativas, políticas, tecnológicas e espaciais estiveram articuladas num só conjunto interdependente, que resultou numa nova geografia” (DIAS, 2011, p. 33) dos bancos.

A creditização do território (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011) levou a um efeito territorial denotando uma densificação (DIAS, 2011) das praças financeiras nas capitais dos estados e nos municípios polo, a “sua topologia tende a confundir-se com a própria rede urbana brasileira” (SANTOS, e SILVEIRA, [2001] 2011, p. 172). Esta concentração bancária é parte da estratégia de manter poucos pontos de comando no território, densificando o poder dessas instituições financeiras enquanto autoridades na concessão de crédito.

No decorrer dos anos 2010 os bancos instalados na AUSUL se encontravam em um sistema consolidado. A distribuição geográfica dos bancos mostra a preferência pelos municípios de Pelotas e Rio Grande na AUSUL. A concentração dos principais bancos ranqueados do Brasil nesses municípios: o BB, CEF, Itaú-Unibanco, HSBC, Bradesco e Banrisul elevou o patamar da disputa interbancária pelo controle dos fluxos financeiros por esses fixos.

Nota-se assim que o Estado é responsável por levar ao interior os serviços bancários essenciais nas localidades aonde necessitam. Os bancos públicos desempenharam neste cenário importante papel levando serviços financeiros aos municípios menos desenvolvidos da região. O Banco Central desempenhou ações liquidações, intervenções e administrações especiais (DIAS, 2011). Na faixa de tempo que compreende 1994-2005 “o número de bancos comerciais e múltiplos diminui no país, passando de 244 para 160.

Esse conjunto de mudanças implica processo de reorganização espacial, caracterizada pelo aumento em termos absolutos e relativos, do número de municípios sem agências e sem postos de atendimentos bancários” (DIAS, 2011, p.30). No decorrer desse período os BC são incorporados pelos BM, os trabalhadores não. As redes de solidariedades entre as instituições cessam, quando da incorporação das dependências físicas, clientes e fluxos de capital.

Apesar do número de instituições bancárias privadas instaladas no RS o Estado tende a contrabalançar sua presença com o número concentrado de agências públicas, logo, o processo de concentração na AUSUL fica evidente. Com isso, a presença dos bancos públicos ganha importância. A Tabela 8 informa primeiramente os dados do número de agências por bancos públicos na Aglomeração Urbana do Sul e está dividida em uma série temporal de 2003 a 2010.

O município de Arroio do Padre, até pelo fato de ter uma agência da cooperativa de crédito (SICREDI) se enquadra na característica dos municípios do Brasil que não tinham agências dos grandes bancos dado os efeitos de concentração e dispersão do sistema bancário (DIAS, 2011; 2017) como apresentado na Tabela 7. Continuando na análise da Tabela 9 é possível estabelecer como os bancos estatais desenvolveram suas estratégias de concentração em poucos pontos do território da Aglomeração Urbana do Sul.

Nas praças financeiras formadas, Pelotas e Rio Grande aonde atuam bancos privados o Estado se faz presente, por causa da competição, com um número muito superior de agências por banco nestes municípios. A hierarquia estabelecida coloca Pelotas em primeiro lugar, seguida por Rio Grande. São José do Norte vem logo atrás, mas não forma uma praça financeira como os municípios polo, principalmente pelo baixo dinamismo econômico. Capão do Leão fica com o “último lugar”, como uma agência do Banrisul.

Acrescentamos que a estratégia locacional dos agentes públicos e privados confirma a tese levantada por Costa (2017) de que “as finanças vem organizando o espaço geográfico brasileiro” no qual a “interação e/ ou a retroalimentação: a organização do espaço geoeconômico brasileiro influencia o crédito” (p. 426). Ao que inferimos ser a organização das finanças no território (CONTEL, 2011). Os bancos públicos têm sua localização determinada pelo crédito direcionado e os privados pela demanda. Ambos os agentes se instalam no território para captar recursos.

As sedes dos bancos privados têm sua localização determinada pelas condições da desigualdade regional, no caso da AUSUL, portanto é possível afirmar que a instalação dessas agências nas cidades polo responde aos interesses econômicos, quando da ausência delas no interior da aglomeração confirmam a tese de Costa (2017). Enquanto os bancos públicos atuam para a “correção dessas desigualdades”, por meio de políticas públicas com demanda de crédito (COSTA, 2014) como fica comprovado pela atuação do BB, da CEF e do Banrisul e a disseminação de suas agências por toda a rede urbana da AUSUL.

Tabela 8 – Número de Agências do Banco do Brasil, Banrisul e Caixa Econômica Federal por município da Aglomeração Urbana do Sul, série comparativa de anos selecionados: 2003 a 2010.

2003							
Município	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Itaú-Unibanco	Bradesco	HSBC	Banrisul	Santander
Arroio do Padre	0	0	0	0	0	0	0
Capão do Leão	0	0	0	0	0	1	0
Rio Grande	4	2	2	3	1	2	1
Pelotas	6	3	2	3	1	5	2
São José do Norte	1	0	0	0	0	1	0
2006							
Município	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Itaú-Unibanco	Bradesco	HSBC	Banrisul	Santander
Arroio do Padre	0	0	0	0	0	0	0
Capão do Leão	1	0	0	0	0	1	0
Rio Grande	4	2	1	1	1	3	1
Pelotas	6	3	3	4	1	5	2
São José do Norte	1	0	0	0	0	1	0
2010							
Município	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Itaú-Unibanco	Bradesco	HSBC	Banrisul	Santander
Arroio do Padre	0	0	0	0	0	0	0
Capão do Leão	1	0	0	0	0	1	0
Rio Grande	5	2	2	1	1	3	3
Pelotas	6	4	5	4	1	5	4
São José do Norte	1	0	0	0	0	1	0

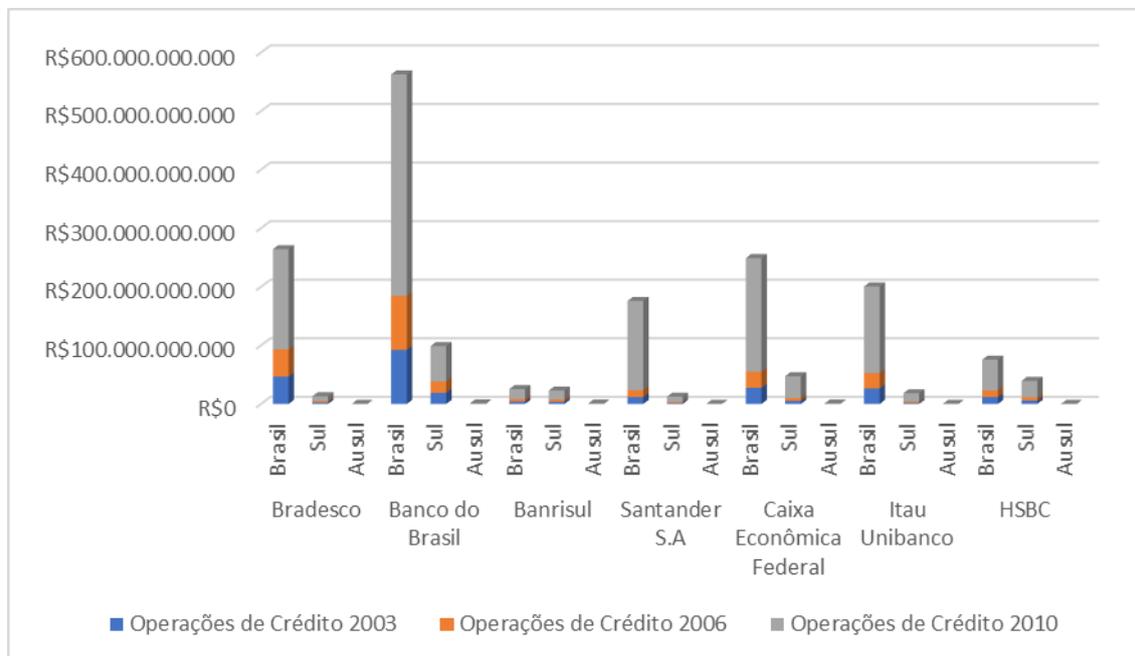
Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

Dado da concentração técnica constituído por Pelotas e Rio Grande, mostra como os bancos estatais basearam suas escolhas locais, através da concentração, pelo controle financeiro do território. É interessante olhar isoladamente os dados dos bancos públicos e privados e, então, comparar. Rio Grande, por exemplo, tinha 4 agências do BB 2 da CEF e 2 do Banrisul em 2003, totalizando 8 instituições públicas contra 3 privadas. Em São José do Norte e Capão do Leão agências públicas se estabeleceram preferencialmente como forma de se manter presente e captar os fluxos de capital que de outro modo seria marginal (SANTOS, 2008a).

Uma característica importante da mensuração das operações de crédito é que nos países desenvolvidos, por exemplo, “canaliza fundos por todo o sistema econômico, facilitando o seu crescimento” (TROSTER, 2005, p. 133). As inovações territoriais ocasionadas pelo avanço técnico das telecomunicações (SANTOS e SILVEIRA, 2011) e os efeitos da consolidação bancária facilitam que fluxos de dinheiro penetrem no território e os municípios mais ricos serão sempre os preferidos. Os gráficos 4 e o 5

auxiliam a completar o quadro apresentando os dados da concentração bancária a partir das operações de crédito e depósitos, por banco em cada município da AUSUL.

Gráfico 4 – Operações de crédito bancário no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 2003-2010.

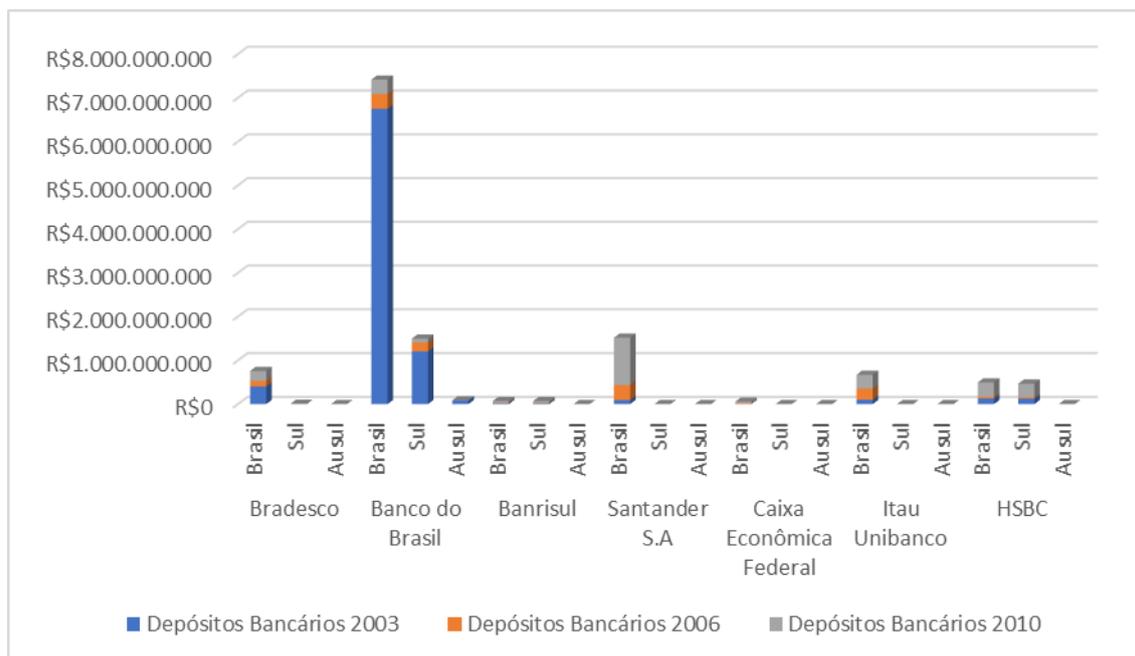


Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

As formas de creditização (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011) predominam o gráfico 4. Rio Grande e Pelotas apresentam dados elevados quanto ao número de operações de créditos e depósitos. As redes bancárias privadas apresentam as menores movimentações de crédito e depósito até o ano de até o ano de 2010, em fato explicado pela pouca dispersão pelo território da AUSUL. São José do Norte e depois Capão do Leão se mantém atrás dos municípios polo neste quadro, pois apresentam menores indicadores de movimentação de ativos.

Em termos de porcentagens os bancos públicos forneceram crédito (liquidez) numa proporção de 88,1% comparados aos 12,9% dos privados no ano de 2003 regionalmente, enquanto a realidade nacional na concessão de crédito foi mais equilibrada com 56,3% das operações de crédito pagas pelos bancos públicos, ao final da década essa realidade não se alterou substancialmente, em 2010 o número passou para 53%. Contudo, na AUSUL 80,9% do crédito concedido era por via dos bancos públicos.

Gráfico 5 – Depósitos bancários no Brasil, na região sul e na AUSUL: série histórica dos anos 2003-2010.



Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

As operações de depósito chegam a ter um decréscimo de 99,8% praticamente sincronizado em Pelotas e Rio Grande. Como abordado anteriormente (comprovado para esta década também), os bancos públicos respondem por altas porcentagens de concessão de crédito, entretanto a captação, via depósitos, nem sempre fica com estas instituições.

Regionalmente o cenário apresenta que no período de 2003 a 2010 os bancos públicos concentraram 100% destas operações. Nacionalmente a realidade é outra, em 2003 os bancos públicos captavam 17,4% dos depósitos, enquanto em 2010 18,1%. É correto afirmar que os bancos privados chegaram a “drenar” em média durante os governos democráticos mais de 80% das operações dos depósitos. Mesmo que estes anos tenham apresentado um equilíbrio na concessão geral de crédito, a quantidade de captação de recursos, através dos depósitos bancários, por agentes privados é uma razão de 4/5 do total, ou seja, extremamente alta.

Destaca-se o ano da crise mundial do ano de 2008 por consequência dos efeitos dela no sistema bancário brasileiro e regional. A bancarrota dos bancos pequenos e médios criou um efeito em “sino” de cima para baixo – das instituições menos sólidas em direção às mais firmes, no qual somente os bancos aqui estudados superaram rapidamente a crise (COSTA, 2014). O Estado brasileiro optou por disseminar crédito

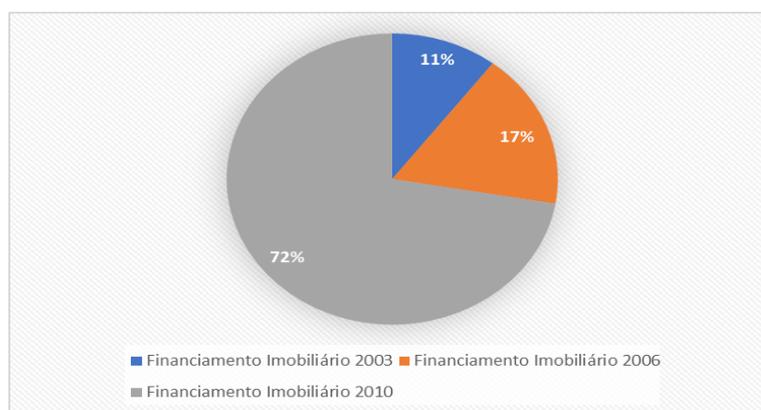
em um período adverso à economia via políticas públicas e bancarização por entender que ao manter aquecida a economia através dos bancos públicos o efeito contágio cessaria e ocasionaria um ambiente propício ao investimento.

Vide os exemplos da CEF puxando distribuição de crédito via estoque monetário de R\$ 443.354.995, o BB R\$ 438.770.343 apenas dois anos depois do início da crise. Até os municípios com menor aporte financeiro como São José do Norte com R\$ 16.655.443 e Capão do Leão com R\$ 8.309.143 distribuídos pelo Banrisul solidificaram essa posição. O sistema bancário brasileiro, um dos mais modernos do mundo, assegurou a salvaguarda social dos efeitos negativos desse período.

Nesta década, além do principal plano macroeconômico representado pelo PAC, houve também a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida instituído em 2009 com um capital de 34 bilhões de Reais e meta de construir um milhão de moradias, em 2010 as estimativas dobraram. Sustentamos a tese de que o programa do governo federal constituiu um marco de acesso à moradia e, principalmente, evocou o comportamento de mercado histórico da Caixa Econômica Federal, que na média das décadas apresentadas nesta pesquisa correspondia por mais de 80% do financiamento imobiliário nacional.

Nacionalmente a CEF aumentou os investimentos, concomitantemente com o crescimento econômico brasileiro, em 595,5%, passando de R\$ 17.213.517.412 em 2003 para 119.771.158.491 em 2010. Regionalmente este acréscimo foi maior, de 803,4% na região sul e de 623,4% na AUSUL. Estes dados isoladamente apresentam, ainda, que o investimento imobiliário da CEF na AUSUL saltou de R\$ 55.553.253 para R\$ 401.897.333 de 2003 a 2010.

Gráfico 6 - Financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal no período 2003-2010.



Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

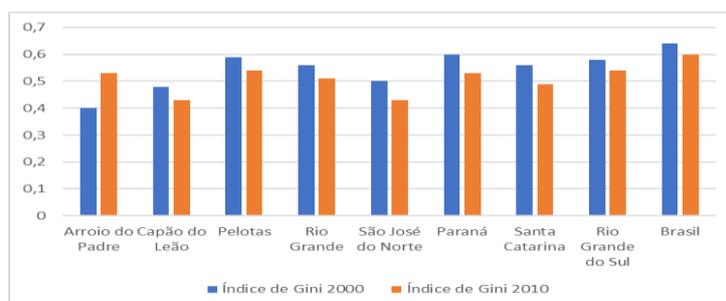
Destacamos a atuação da CEF na redução das desigualdades regionais de acesso ao crédito imobiliário no gráfico 6, reafirmando a importância para a população adquirir moradia ou investir em negócios próprios. Os dados denotaram um aumento significativo nas taxas de investimento social do banco público, reiteramos que a participação dos outros agentes, os públicos pela vocação das instituições e os privados, por não se equipararem a concessão de crédito em regiões que não fossem atrativas aos seus negócios como a AUSUL faz com que sejam muito inferiores os números.

3.5 Renda *per capita*, o índice de *Gini* (concentração de renda) e o índice de desenvolvimento humano municipal no período de 2000-2010 na Aglomeração Urbana do Sul.

A urbanização da AUSUL na década de 2000-2010 passou por um processo de concentração e reestruturação de atividades financeiras na qual configura territorialmente uma concentração dos índices mais altos nos municípios polo de Pelotas e Rio Grande. No subcapítulo serão apresentados os dados sobre a renda *per capita*, o índice de *Gini* e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no período de 2003 até 2010.

Para demonstrar como foi a evolução da renda *per capita* por município para saber como a evolução do desenvolvimento econômico na região aconteceu e paralelo a isso como a renda foi se concentrando o que será demonstrado através do índice de *Gini*. O gráfico 7 mostra os dados destes indicadores comparando as escalas nacionais, estaduais e municipais na análise da década de 2000-2010. Estes indicadores demonstram mecanismos complexos que são capazes de descrever o aumento ou a redução da desigualdade como lembra Piketty (2015).

Gráfico 7 – Índice de Gini nas décadas 2000 e 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal no Brasil. Adaptado pelo autor.

A década da inclusão social marcou o avanço dos índices econômicos no Brasil. A renda *per capita* nacional (tabela 9) subiu de 592,46 no início dos anos 2000 para 793,87 no final da década, um aumento de 39,9%. E esta elevação de renda se deu em todas as escalas. Com uma taxa de crescimento de 67,8% São José do Norte passou de 294,27 para 493,78 de renda *per capita*, com a maior média de crescimento aparece Arroio do Padre com um aumento de 105,77%, numa posição intermediária Capão do Leão com 41,11% de aumento e por fim Pelotas com 30,39%. Sendo possível constatar que:

“Em conjunto com a criação de empregos, há baixos salários na AUSUL e um processo que se diferencia do Brasil e do Rio Grande do Sul, em que há a tendência de maior apropriação da renda pelos mais pobres e a diminuição de sua apropriação pelos mais ricos” (MARTINS, 2016, p. 142).

O estado do Rio Grande do Sul apresentou um aumento de renda *per capita* maior que o nacional, em 2000 a média entre os gaúchos era de 708,12 e em 2010 de 859,20 acarretando em um crescimento de 21,33%. Em suma, podem-se fazer algumas afirmações a partir da discussão realizada, na década 2000-2010 o Brasil teve uma diminuição da concentração de renda considerável de 6,25%, porém alguns índices regionais apontam dinâmicas próprias.

Tabela 9 - Evolução do Índice da Renda *per capita* na Aglomeração Urbana do Sul, no Rio Grande do Sul e no Brasil: série comparativa 2000-2010.

Localidade	Renda <i>per capita</i> (2000)	Renda <i>per capita</i> (2010)	Taxa de Crescimento em % (2000-2010)
Brasil	592,46	793,87	39,9%
Rio Grande do Sul	708,12	959,24	21,33%
Arroio do Padre (RS)	429,21	883,18	105,77%
Capão do Leão (RS)	349,63	493,36	41,11%
Pelotas (RS)	685,88	894,35	30,39%
Rio Grande (RS)	631,79	859,20	35,99%
São José do Norte (RS)	294,27	493,78	67,8%

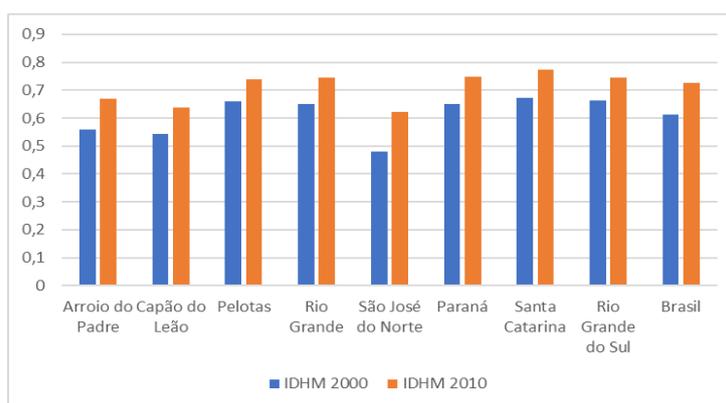
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Adaptado pelo autor.

Dado que dos municípios observados na Aglomeração Urbana do Sul fica evidente – a exceção é Arroio do Padre que aumentou a concentração de renda de 0,39 para 0,53 conforme foi crescendo economicamente, com 39% da renda concentrada. Pelotas e Rio Grande cresceram economicamente diminuindo a concentração de renda em 8,4 e 8,9%, acima da média nacional de 6,2% e do estado do Rio Grande do Sul de 6,8%. Destacam-se os municípios hierarquicamente abaixo das cidades polo, Capão do Leão com uma redução de 11,6% e São José do Norte em 14%. Na região sul Santa Catarina conseguiu a maior diminuição na concentração de renda em 12,5%.

Para destacar a escalada da queda da desigualdade na rede urbana regional e nacional, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ajuda, uma vez que a variável permite a comparação entre as localidades para superar desafios locais rumo ao desenvolvimento humano (Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, 2018). Diferente do Índice de *Gini* que quando apresenta um aumento das taxas denota queda da desigualdade, o IDHM (ver gráfico 8) quanto maior ao longo do tempo, mais a qualidade de vida progrediu.

Ao analisarmos o gráfico 6 referente ao IDHM nacional e regional, constatamos que o Brasil teve um acréscimo de 18% nos governos de 2003 a 2010 comparada a década neoliberal (1994 a 2002). As médias regionais nos estados da região sul do país se mantiveram entre 13,8% e a mais baixa de 12,1% no Paraná e RS respectivamente.

Gráfico 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, comparativo Brasil, região sul (por estado) e municípios da AUSUL.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal. Organizado pelo autor.

O município de São José do Norte apresentou os dados mais expressivos de aumento na qualidade de vida no período, passando de um índice de 0,48 nos anos 1990 para 0,62 nos anos 2010, isso significa um aumento de 29%. As cidades polo de Rio

Grande e Pelotas tiveram um acréscimo da qualidade de vida nas taxas de 13,8 e 10,6% respectivamente. Na AUSUL, Arroio do Padre com 17,8% e Capão do Leão com 16,6% se mantêm próximas a média nacional.

Quando analisados os PIB, como Rio Grande se estabelece como uma das principais localidades da região na “cadeia hierárquica” seguido de Pelotas, distantes encontram-se Arroio do Padre, Capão do Leão, São José do Norte respectivamente. Entretanto, os dados de renda *per capita* determinam outra ordem hierárquica na qual Pelotas assume o lugar de Rio Grande, provavelmente por ter se estabelecido como polo de serviços num período em que a financeirização e a “hegemonia dos serviços” (SAYAD, 2015).

É possível inferir algumas constatações sobre a década inclusiva: (1) o crescimento econômico, diferente do outro período estudado marcado pelo neoliberalismo, trouxe consigo inclusão social; (2) porque “a fatia do bolo” (expressão popularizada quando atribuída ao ministro da fazenda nos governos militares, Delfim Netto³⁸) foi realmente repartida tendo em vista a queda do índice de *Gini* (concentração de renda) mesmo com o acréscimo da renda das famílias; e (3) a comprovação dessas melhorias se deu no aumento da qualidade de vida medido nacionalmente e regionalmente para a AUSUL. O Brasil, ao final da década dos governos democráticos era um país menos desigual, com maior inclusão social na economia e menos disparidades regionais nas aglomerações urbanas.

Estes dados são importantes, pois demonstram como as “praças financeiras” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011) vão se formar territorialmente na AUSUL seguindo um padrão de concentração e dispersão a partir das redes bancárias. Rio Grande e Pelotas são os municípios mais atrativos do ponto de vista econômico na AUSUL, enquanto Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte estão se modernizando.

³⁸ O economista Delfim Netto foi ministro da fazenda de 1969 a 1973 e ex-deputado estadual de 1986 a 1994 pelo estado de São Paulo. Assinou o Ato Institucional número 5 em (1968), que entre outras coisas instituiu a pena de morte no Brasil. Quando fala-se em distribuição de renda no país, atribui-se ao, então, ministro da fazenda a seguinte expressão “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo” < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html> > Em entrevista ao jornal O Globo em 2014 o economista fala que sua frase foi descontextualizada < http://acervo.oglobo.globo.com/frases/esta-frase-nunca-passou-pela-minha-boca-disse-que-nao-se-pode-distribuir-que-voce-ainda-nao-produziu-nao-ser-que-voce-tome-emprestado-18598244_1 > Entretanto, os benefícios do “milagre econômico brasileiro” (1969-1973) não chegaram nas parcelas mais pobres da população com reduções salariais e participação na renda nacional com decréscimo de 1/6 em 1960 para 1/7 em 1970 (Folha de São Paulo, 2008).

A bancarização dos anos 2003 a 2010 foi marcada pela disseminação do crédito subsidiado pelos bancos públicos, bem como o financiamento imobiliário da CEF que permitiram a consolidação do mercado interno nacional como um dos motores daquele período. Tais investimentos induzidos pelos bancos públicos através da rede urbana regional, permitiram a instalação de novas estruturas nas cidades, além de que a qualidade de vida urbana se elevou no período. O próximo subcapítulo delinea este quadro.

3.6 Instituições do sistema financeiro nacional nos governos democráticos: o papel dos bancos públicos na redução das desigualdades regionais.

O sistema financeiro nacional é formado por diferentes agentes, nesta pesquisa elencamos os bancos como objeto de estudo. A constituição do sistema bancário nas últimas décadas do século XX e início do XXI corresponde pelas instituições mais impactadas pelo avanço das comunicações e modernização do meio técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2011). O objetivo deste subcapítulo é verificar, a partir dos dados apresentados anteriormente, qual o impacto da bancarização durante os governos democráticos de 1994 a 2010 na rede urbana nacional e regional.

É possível afirmar que uma bancarização é superior a outra? No caso, comparar os anos 1994 a 2002 aos 2003 a 2010, tendo em vista a atuação dos bancos no desenvolvimento econômico é possível. A forma como os partidos políticos que chegam ao poder, no Brasil, com o sistema presidencialista de quatro em quatro anos nos dá muitas pistas de como as instituições democráticas podem ser conduzidas. Vimos, em retrospectiva, como os governos civil-militares de 1964 a 1985 lançaram as duas principais legislações modernizantes do SFN.

Ao instituir os bancos públicos como indutores de políticas públicas por parte do Estado, independente de programas de distribuição de renda direta, ou indireta, a responsabilidade destes agentes pode ser distorcida. Neto (2011) denuncia o uso dessas instituições para fins eleitorais, o que nos anos 1980 e nos anos 1990 correspondia em grande medida pela pressão inflacionária. As políticas neoliberais³⁹ dos anos 1990 foram influenciadas por órgãos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. No

³⁹ O Fundo Monetário Internacional no ano de 2016 reconheceu que as políticas neoliberais, alvo de críticas da “esquerda” aumentaram a desigualdade e tiveram efeitos negativos nos países aonde foram financiadas pelo fundo. < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html>>

Brasil foram “financiadas” através dos empréstimos concedidos, com a contrapartida das políticas de austeridade adotadas (CARVALHO, 2018).

Naquele cenário dos anos 1994 a 2002 a regulação financeira foi de liberalização dos agentes econômicos relacionados ao SFN. Os bancos públicos tiveram suas carteiras de negócio altamente impactadas, os estaduais foram privatizados e incorporados pelos privados (DIAS, 2011) enquanto bancos privados internacionais começaram a atuar no país. Apenas três instituições foram “salvas”, sendo incorporadas ao BB e a CEF. Neste cenário o quadro de bancos públicos com envergadura de mercado, ou, em outras palavras, grandes o suficiente para fazer frente se reduziram à somente dois em escala federal: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. No Rio Grande do Sul o banco elencado para o nosso estudo, o Banrisul, desempenhou forte papel de resistência à privatização, desnacionalização e reorganização patrimonial desenfreadas do período.

Com a justificativa da “pressão inflacionária” os bancos estaduais públicos no Brasil foram elencados como os “vilões”, sendo assim, sistematicamente combatidos com uma política estatal de precarização das condições de trabalho e sucateamento das estruturas físicas (COSTA, 2014). As crises econômicas do período de consolidação do Real frearam o ímpeto de venda desenfreada das instituições públicas pelo governo federal (GONÇALVES, 1999). Mesmo assim, como demonstra o nosso trabalho no capítulo anterior estes bancos foram responsáveis pela disseminação geográfica de crédito pela rede urbana brasileira, regional e da AUSUL, enquanto o próprio governo estava imobilizado pela austeridade.

Com a mudança de viés político na condução dos bancos públicos, os governos democráticos de 2003 a 2010 consolidaram uma bancarização com caráter social desenvolvimentista (COSTA, 2017). Isso significou a inclusão, ou o que viemos no decorrer do nosso trabalho intitulado de crescimento inclusivo, das parcelas mais pobres da população na redistribuição de renda. O Brasil teve um crescimento médio nestes governos de 6,2% do Produto Interno Bruto, enquanto a renda *per capita* teve um acréscimo de 39,9% nacionalmente e nos municípios da rede urbana da AUSUL destacam-se Arroio do Padre com mais de 105,77% e São José do Norte com 67,8%.

Enquanto a renda aumentou, a desigualdade de renda diminuiu do ponto de vista do índice de concentração de renda, o *Gini*, no Brasil caiu 6,25% e na AUSUL as cidades polo de Pelotas e Rio Grande diminuíram a concentração de renda em 8,4 e

8,9%. A qualidade de vida municipal, calculada pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), também aponta um acréscimo dos indicadores socioeconômicos desta década. O Brasil teve um acréscimo de 18% na qualidade de vida, enquanto na AUSUL destaca-se uma média também elevada nos municípios de menor dinamismo econômico como Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte, com índices positivos de 17,8%, 16,6% e 29% respectivamente.

Citamos estes municípios regionalmente por consequência de que os bancos privados procuraram se instalar naqueles com maior dinamismo econômico, o que na rede urbana da AUSUL significou a preferência por Pelotas e Rio Grande. A concessão de crédito dos bancos públicos, financiamento imobiliário associados ao baixo índice de retorno quando observados os dados nacionais de depósitos reitera a preferência da localização das agências bancárias dessas instituições nos municípios mais pobres.

Na AUSUL os bancos públicos ao optarem por se instalarem por demanda das desigualdades regionais serviram como financiadores de políticas públicas que promoveram igualdade na distribuição de renda, aumento da renda média e da qualidade de vida da população. Portanto, acreditamos, e confirmamos empiricamente, que a nossa tese de que a bancarização conduzida pelos governos democrático populares foram um exemplo global de combate à desigualdade econômica regional.

Considerações finais

O trabalho apresentou um quadro de como a bancarização nacional foi conduzida em diferentes períodos ao longo da história nacional. Os indicadores socioeconômicos selecionados, as diferentes fontes de dados e as matérias jornalísticas foram transformando o objeto de estudo – os bancos, e nossa interpretação foi sendo matizada no decorrer do estudo.

A nossa proposta inicial era uma análise específica sobre a Aglomeração Urbana do Sul nos anos de 2003 a 2010. Os dados, as fontes e o estudo nos fizeram refletir sobre como este processo, regionalmente localizado, mas nacionalmente disseminado, poderia influir na contribuição do debate sobre a desigualdade econômica. O acesso aos serviços é um dos principais pontos de instigação que conduziu a pesquisa, como alertava Milton Santos ([1979] 2008a) que a formação dos circuitos marginais da economia urbana se dava por diferentes oportunidades de acessos da população aos serviços e bens economicamente produzidos, mas socialmente distribuídos (HARVEY, [1992] 2012). Portanto, a análise em retrospectiva para a década anterior tornou-se mister para comparar períodos distintos da bancarização nacional, regional e na rede urbana da AUSUL.

Consideramos, assim, os governos neoliberais com uma condução da economia por políticos filiados à socialdemocracia um ponto de ruptura com a crença socialmente aceita de que partido representa atuação condizente na economia-política. Nos anos 1994 a 2002 o país assistiu ao desmonte da cadeia produtiva nacional de origem estatal, com privatizações de hidrelétricas, estruturas das comunicações passando para o controle privado e, como não poderia ser diferente, o desmonte dos serviços bancários públicos estaduais. A máxima dos economistas que elaboraram a estratégia destes governos a época era de que estas instituições – ignorando os próprios anseios das populações atendidas por estes bancos estaduais, deveriam ser privatizados, pois eram a causa e não o efeito da inflação na época.

Ou seja, a política econômica nacional era conduzida por fora por agentes interessados em emprestar dinheiro para consolidar um projeto de poder específico baseado no Estado mínimo, enquanto as políticas sociais eram escassas e os poucos agentes capazes de uma mudança do cenário eram repartidos com a iniciativa privada nacional e internacional. Ao final deste período de desmonte no setor de serviços

nacional, que chegou a mais de 80% dos bancos públicos estaduais repassados à iniciativa privada, os governos democráticos populares de esquerda emergiram com a desconfiança dos investidores internacionais e nacionais. Do ponto de vista geográfico estes governos trouxeram consigo uma outra visão, que marca também uma ruptura com a década passada e uma continuação com o pacto federativo da Constituição Cidadã de 1988, pois os bancos públicos tiveram a autorização de permitirem financiamento de uma bancarização com viés social.

O segundo capítulo tratou do desenvolvimento teórico pelo qual baseamos nossa perspectiva acadêmica. Foram analisados diferentes obras, periódicos, documentos e leis que permitissem constituir um corpo teórico, um arcabouço sólido o suficiente para basear nossa perspectiva analítica. A contextualização histórica e metodológica também foi feita neste texto. A importância da análise dos indicadores socioeconômicos fossem eles o PIB, índice de concentração de renda (*Gini*), a renda *per capita*, e o IDHM, além daqueles selecionados junto às planilhas do BACEN – a ESTBAN, para operações de crédito, depósitos, financiamento imobiliário e agências foi essencial para traçar o perfil regional das mudanças macroestruturais da economia brasileira no período. Portanto, tratamos no trabalho de fazer referência à estas fontes para conformar nossa análise empírica dos períodos de estudo.

O terceiro capítulo apresentou como o sistema financeiro nacional foi estruturado ao longo do tempo, com seus desdobramentos na história bancária do Rio Grande do Sul e local. O quadro das fusões e aquisições dos governos neoliberais dos anos 1994-2002 foi necessário para, então, entender como os bancos atuaram no território nacional, regional e na AUSUL naquele período. Foi constatado, que os bancos públicos irrigavam de liquidez, mais do que captavam no período. Além de que o crédito bancário serviu como política pública também na concessão de crédito imobiliário, no caso da CEF. O que dificilmente no período ganharia este mérito, dado o status de Estado mínimo e subserviência ao mercado daqueles governos.

A desigualdade aumentou na década de 1990, os serviços públicos estavam em vias de extinção até os governos democráticos apontarem um outro horizonte. No período de 2003 a 2010 a promoção de políticas públicas progressistas com a ideia de crescimento econômico inclusivo, permitiram que os bancos atuassem como agentes públicos de indução da igualdade. Como nos lembra Mazzucato (2014) dificilmente os agentes privados assumem os riscos do investimento social. Portanto, apresentou-se

alguns dos programas sociais, políticas públicas e programas macroeconômicos do período, como o Bolsa Família, o PAC e o PMCMV. Sem aprofundar sistematicamente cada um individualmente, pois alguns deles extrapolam o nosso recorte temporal, estas políticas associadas à análise comparativa para a década e com o governo anterior permitiu inferir que o crescimento econômico foi inclusivo.

Outra tese confirmada por este trabalho foi a de que os bancos privados se instalam no território de acordo com as desigualdades regionais, no caso da AUSUL. Os Índices de PIB comprovaram a instalação dos bancos privados preferencialmente em Pelotas e Rio Grande. Enquanto os bancos públicos se localizaram geograficamente na região para tentar mitigar os efeitos negativos do desenvolvimento econômico desigual. Ao conduzirem políticas de acesso ao crédito nestes municípios permitiram que o crescimento econômico nacional fosse inclusivo, com diminuição generalizada das taxas de *Gini* (concentração de renda), aumento das taxas de renda e do índice de desenvolvimento humano municipal regionalmente observados. Portanto, acreditamos ter alcançado os objetivos propostos.

Deixamos a seguinte questão em aberto – poderá uma bancarização historicamente bem-sucedida como a experiência dos governos democráticos de 2003 a 2010 ser desmantelada por golpe de Estado?

Referências Consultadas

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Editora Atlas, 1981.

ANOYAMA, Yuko. MURPHY, James T. HANSON, Susan. **Key concepts in Economic Geography**. London: SAGE Publications Ltd. 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL.
www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial. 2018.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. < <http://www.bcb.gov.br/pt-br#!/home>>

BEAUD, Michel. **A arte da Tese: como elaborar trabalhos de pós-graduação, mestrado e doutorado**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

Blog do Economista Fernando Nogueira da Costa: **Cidadania & Cultura** < <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/sobre/>> Último acesso em 28 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUNHOFF, Suzanne de... [et al.]; **A finança capitalista**. tradução de Rosa Maria Marques – São Paulo: Alameda, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Década Neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise: A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A primeira metade dos anos 90. *In Economia Brasileira Contemporânea*. Fabio Giambiagi ... [ET AL.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. – 1ª reimpressão – 9ª reimpressão p. 141-165.

CARRASCO, Vinícius.; Mello, João M. P. de.; DUARTE, Isabela. A década perdida: 2003-2012. Textos para discussão do Departamento de Economia da PUC-Rio. Disponível em < <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td626.pdf>>

CASTRO, Lavínia Barros de;. Privatização, Abertura e Desindexação: A primeira metade dos anos 90. *In* **Economia Brasileira Contemporânea**. Fabio Giambiagi ... [ET AL.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. – 1ª reimpressão – 9ª reimpressão p. 141-165.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A proeminência da Finança no seio do “Capital em Geral”, o Capital Fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. *In.*: **A finança capitalista**. tradução de Rosa Maria Marques – São Paulo: Alameda, 2010.

CHOMSKY, Noam. **Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de riqueza e poder**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

CONTEL, Fabio Betioli. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2011.

CORAZZA, Gentil. Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, V. 23, Número Especial, p. 491-516, 2002. Disponível em < <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2018> > Acessado em 01 de fevereiro de 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Estudo da rede urbana: Uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio De Janeiro, ano 50, n.2, p. 107-124, 1988.

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/> (2017; 2018).

_____. Interações entre componentes regionais do sistema bancário nacional. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 425-442, agosto. 2017.

DIAS, Leila Christina Dias. Por que os Bancos são o melhor negócio no país? *In.*: **Que País é Esse?: pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo: 2005.

DIAS, Leila Christina. Reorganização das redes bancárias no Brasil: Concentração e expansão geográfica. *In*. **Quintas Urbanas: Cidades e Possibilidades**. César Augusto Ávila Martins; Solismar Fraga Martins; Susana Maria Veleda da Silva. Rio Grande, 2011, p. 25-42.

DIAS, L. C. D. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 384-396, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

DIAS, Leila Christina.; LENZI, Maria Helena. **Reorganização das redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores**. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 97-117, Jan./Abr. 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O Desempenho dos Bancos em 2010**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec97bancos.pdf>>

ESTATÍSTICA BANCÁRIA POR MUNICÍPIO.
<<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRESCA, T. M. Rede urbana, rede bancária e aspectos da topologia do sistema financeiro. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 443-461, agosto. 2017.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia Gaúcha na Primeira República. **Estudos econômicos**, 15(2) 263-289. Maio/Ago. 1985, p. 262-289.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
<<http://www.fee.rs.gov.br/>>

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALVÊAS, Ernane. **Crônicas Econômicas: Análise retrospectiva 2006-2009**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo: Rio de Janeiro, 2010.

GAMBIAGI, Fábio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: os anos FHC. *In* **Economia Brasileira Contemporânea**. Fabio Giambiagi ... [ET AL.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 166-195. – 1ª reimpressão – 9ª reimpressão.

GARCIA, Verônica Mackmillan. **Leitura geográfica das transformações socioeconômicas em São José do Norte no século XXI**. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) FURG. Rio Grande, 2011.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Panorama do Mundo atual**. São Paulo: DIFEL, 1985.

GOMES, Victor Leandro Chaves.; LENA, Hélio de. A construção autoritária do regime civil-militar no Brasil: a doutrina de segurança nacional e atos institucionais (1964-1969). **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 79-100 – jan./jun. 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 22ª edição. São Paulo: LOYOLA, 2012.

_____. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: BOITEMPO, 2011.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: BOITEMPO, 2013.

_____. **Para entender o capital livros II e III**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HILFERDING, Rudolf. **El capital financiero**. Madrid: Editorial Tecnos, 1965.

HIGGINS, Silvio Salej.; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do CrediAmigo. **Revista de Sociologia Política**, v. 24, n. 59, p. 3-23, set. 2016.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e Desigualdade no Brasil (1995-2011). *In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. CAMPELO, Tereza.; NERI, Côrtes. – Brasília: Ipea, 2014. pp. 37-38.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. 201 p.

_____. <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Disponível em <http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTINS, César Augusto Ávila. **Indústria da Pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Santa Catarina: Florianópolis, 2006.

_____. Crescimento e desenvolvimento: uma leitura da Aglomeração Urbana do Sul. *In: Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010)* organização de Álvaro Luiz Heidrich [et al.]. – Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

_____. O desenvolvimento do Sul do Brasil: notas para análise da dinâmica econômica e territorial no Rio Grande do Sul. **Geosul**, Florianópolis-SC, v. 31, ESPECIAL, p. 57-104, jul./dez. 2016a.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873- 1990)**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

MINELLA, Ary Cesar. Maiores Bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, Jul./ dez. 2007, p. 100-125.

MONBEIG, Pierre. Capital e Geografia. *In: Novos estudos de Geografia Humana brasileira*: São Paulo: Brasil, 1957. p. 215-236.

MOREIRA, Ruy. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo). *In: Panorama da Geografia brasileira II*. Organizado por José Borzacchiello da Silva, Luiz Cruz Lima e Eustógio Wanderley Correia Dantas. – São Paulo: Annablume, 2006, p. 11-27.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. 2. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

MÜLLER, Carlos Alves. **A histórica econômica do Rio Grande do Sul**. Editora Grande Sul, Porto Alegre, 1998.

NETO, Ricardo Borges Gama. Plano Real, privatização dos bancos estaduais e reeleição. **RBCS Vol nº 77** outubro/ 2011, p. 129-247.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **A economia política: uma introdução crítica**. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

NETO, Raul da Mota Silveira.; AZZONI, Carlos Roberto. Os programas sociais e a recorte queda da desigualdade regional de renda no Brasil. *In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. CAMPELO, Tereza.; NERI, Côrtes. – Brasília: Ipea, 2014. pp. 39-40.

NERI, Marcelo Côrtes.; VAZ, Fabio Monteiro.; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. *In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. CAMPELO, Tereza.; NERI, Côrtes. – Brasília: Ipea, 2014. pp. 35-36.

PARANÁ, Edemilson. **A Finança digitalizada – capitalismo financeiro e revolução informacional**. Florianópolis: Insular, 2016.

_____. A Urbanização no Rio Grande do Sul: as Cidades Médias e sua Relação com o Território. *In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C.* 217 (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reestruturação Inovativa e Reorganização das instituições Financeiras do setor privado no Brasil. **Geouerj N° 2**, Rio de Janeiro, PP.65-79, 1997.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS.
<<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>

SANDRONI, Paulo. (ORG). **Novíssimo dicionário de Economia**. Editora Best Seller: São Paulo, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. 4. Reimpr. – São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O Espaço Dividido**. 2ª. edição, primeira reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2008a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. Ed. 1. reimp. - São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. Ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SAYAD, João. **Dinheiro, dinheiro: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos**. São Paulo: Porfólio Penguin, 2015.

SCHERMA, Ricardo Alberto e KAHIL, Samira Peduti. Densidades do Sistema financeiro: uso corporativo e desigualdades regionais do território brasileiro. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1): 105-113, abr. 2011.

SOARES, Paulo. A Urbanização no Rio Grande do Sul: as Cidades Médias e sua Relação com o Território. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. 217 (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TROSTER, Roberto Luís. Bancarização, Crescimento e desigualdade. *In* **Economia Brasileira Contemporânea**. Fabio Giambiagi ... [ET AL.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 131-144. – 1ª reimpressão – 9ª reimpressão.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR -**. Recife: ANPUR, 2001. v. 1. p. 140-151.

VIDEIRA, Sandra Lúcia. Bancos Estrangeiros no Brasil: Um agente Urbano. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Univesidade de Barcelona. Vol. IX, num. 194, 1 de agosto de 2005.

VIDEIRA, SANDRA LÚCIA e PRADA, Joanderson da Silva. A espacialização bancária no estado do Paraná: uma contribuição para uma geografia da finança. **Revista Ra' e ga** – Curitiba, V.39, p.24-42, Abril/ 2017.

<http://www.portalbe.com.br/2017/10/banrisul-assume-folha-de-pagamento-de.html>

Acessado em 20 de janeiro de 2018.

Anexos

Tabela 1 – Dados da concentração bancária a partir das operações de crédito em (R\$) nos municípios da Aglomeração Urbana do Sul por banco público, série comparativa de anos selecionados: 1995 a 2002

Bancos	Unidade Geográfica	Operações de Crédito 1995	Operações de Crédito 1998	Operações de Crédito 2002
Bradesco	Brasil	R\$13.095.197.816,00	R\$21.357.566.957	R\$38.639.670.081
	Sul	R\$625.313.105,00	R\$1.051.775.899	R\$2.420.723.483
	Ausul	R\$8.781.915,00	R\$1.959.634	R\$12.430.167
Banco do Brasil	Brasil	R\$37.976.247.331,00	R\$51.934.495.941	R\$81.376.352.634
	Sul	R\$10.003.227.569,00	R\$9.795.089.634	R\$14.529.969.853
	Ausul	R\$245.044.323,00	R\$222.412.532	R\$158.965.249
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Brasil	R\$1.518.812.960,00	R\$2.071.042.968	R\$4.230.325.449
	Sul	R\$1.453.174.826,00	R\$1.791.475.682	R\$3.818.545.396
	Ausul	R\$15.330.668,00	R\$20.587.732	R\$60.596.092
Santander S.A	Brasil	R\$1.920.650.152,00	R\$3.124.669.435	R\$12.808.629.645
	Sul	R\$1.271.618.621,00	R\$984.150.571	R\$1.552.335.901
	Ausul	R\$17.957.009,00	R\$3.676.497	R\$10.171.082
Caixa Econômica Federal	Brasil	R\$52.063.441.494,00	R\$78.998.960.247	R\$24.749.589.894
	Sul	R\$7.599.150.155,00	R\$13.066.713.558	R\$4.609.646.732
	Ausul	R\$53.283.696,00	R\$262.385.752	R\$49.208.839
Itaú Unibanco	Brasil	R\$8.835.017.184,00	R\$11.888.929.515	R\$25.508.929.185
	Sul	R\$827.198.567,00	R\$678.393.402	R\$1.844.436.326
	Ausul	R\$16.949.920,00	R\$4.305.962	R\$8.542.759
HSBC	Brasil		R\$4.792.937.041	R\$11.465.606.862
	Sul		R\$2.725.170.552	R\$4.588.194.647
	Ausul		R\$2.404.132	R\$20.213.400

Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

Tabela 2 – Dados da concentração bancária a partir das operações de crédito em (R\$) nos municípios da Aglomeração Urbana do Sul por banco público, série comparativa de anos selecionados: 1995 a 2002.

Bancos	Unidade Geográfica	Depósitos Bancários 1995	Depósitos Bancários 1998	Depósitos Bancários 2002
Bradesco	Brasil	R\$338.174.780,00	R\$143.698.653	R\$322.908.143
	Sul	R\$172.184,00	R\$480.925	R\$3.001.204
	Ausul	R\$0,00	R\$0	R\$0
Banco do Brasil	Brasil	R\$898.623.925,00	R\$1.006.083.602	R\$8.553.497.777
	Sul	R\$247.220.647,00	R\$115.194.523	R\$1.900.856.508
	Ausul	R\$15.741.617,00	R\$83.965	R\$94.384.970
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Brasil	R\$12.103.672,00	R\$1.508.963	R\$3.337.587
	Sul	R\$12.088.181,00	R\$1.506.467	R\$3.212.358
	Ausul	R\$152,00	R\$9.341	R\$0
Santander S.A	Brasil	R\$6.410.990,00	R\$26.932.888	R\$77.669.514
	Sul	R\$2.045.756,00	R\$14.638.958	R\$40.183.073
	Ausul	R\$0,00	R\$0	R\$0
Caixa Econômica Federal	Brasil	R\$1.034.222,00	R\$2.959.027	R\$18.945.945
	Sul	R\$0,00	R\$0	R\$40.183.073
	Ausul	R\$0,00	R\$0	R\$0
Itaú Unibanco	Brasil	R\$983.154.432,00	R\$721.867.174	R\$90.101.487
	Sul	R\$0,00	R\$17.893.820	R\$92.120
	Ausul	R\$0,00	R\$0	R\$0
HSBC	Brasil		R\$73.191.050	R\$1.183.808.284
	Sul		R\$72.986.121	R\$1.179.153.347
	Ausul		R\$0	R\$0

Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

Tabela 3 – Dados da concentração bancária a partir das operações de depósito em (R\$) nos municípios da Aglomeração Urbana do Sul por banco público, série comparativa de anos selecionados: 2003 a 2010.

Bancos	Unidade Geográfica	Depósitos Bancários 2003	Depósitos Bancários 2006	Depósitos Bancários 2010
Bradesco	Brasil	R\$403.201.532	R\$126.562.020	R\$228.570.083
	Sul	R\$2.241.716	R\$4.311.120	R\$1.857.125
	Ausul	R\$0	R\$0	R\$0
Banco do Brasil	Brasil	R\$6.749.308.133	R\$338.709.650	R\$328.173.272
	Sul	R\$1.204.462.477	R\$203.145.950	R\$89.373.705
	Ausul	R\$83.057.266	R\$88.766	R\$2.922.348
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Brasil	R\$20.938.435	R\$10.604.275	R\$38.039.822
	Sul	R\$20.898.157	R\$10.563.769	R\$38.005.398
	Ausul	R\$0	R\$0	R\$0
Santander S.A	Brasil	R\$92.300.054	R\$342.863.215	R\$1.081.910.515
	Sul	R\$1.409.220	R\$0	R\$0
	Ausul	R\$0	R\$0	R\$0
Caixa Econômica Federal	Brasil	R\$3.023.288	R\$15.468.355	R\$36.775.126
	Sul	R\$0	R\$0	R\$0
	Ausul	R\$0	R\$0	R\$0
Itaú Unibanco	Brasil	R\$98.214.739	R\$259.314.242	R\$313.828.746
	Sul	R\$0	R\$0	R\$0
	Ausul	R\$0	R\$0	R\$0
HSBC	Brasil	R\$127.399.967	R\$33.469.004	R\$335.138.514
	Sul	R\$126.382.997	R\$27.174.346	R\$313.595.101
	Ausul	R\$0	R\$0	R\$0

Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.

Tabela 4 – Dados da concentração bancária a partir das operações de crédito em (R\$) nos municípios da Aglomeração Urbana do Sul por banco público, série comparativa de anos selecionados: 2003 a 2010.

Bancos	Unidade Geográfica	Operações de Crédito 2003	Operações de Crédito 2006	Operações de Crédito 2010
Bradesco	Brasil	R\$46.526.045.154	R\$46.526.045.154	R\$171.172.816.051
	Sul	R\$2.436.733.864	R\$2.436.733.864	R\$8.271.848.717
	Ausul	R\$20.026.731	R\$20.026.731	R\$57.451.189
Banco do Brasil	Brasil	R\$92.238.795.472	R\$92.238.795.472	R\$378.023.342.586
	Sul	R\$19.026.485.822	R\$19.026.485.822	R\$60.652.664.028
	Ausul	R\$193.403.664	R\$193.403.664	R\$632.502.133
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Brasil	R\$4.166.847.359	R\$4.166.847.359	R\$17.111.913.007
	Sul	R\$3.815.598.133	R\$3.815.598.133	R\$15.216.213.963
	Ausul	R\$99.167.463	R\$99.167.463	R\$522.301.309
Santander S.A	Brasil	R\$11.687.577.970	R\$11.687.577.970	R\$152.314.249.762
	Sul	R\$1.735.249.212	R\$1.735.249.212	R\$8.939.209.941
	Ausul	R\$12.278.042	R\$12.278.042	R\$195.758.789
Caixa Econômica Federal	Brasil	R\$27.555.620.115	R\$27.555.620.115	R\$193.862.975.285
	Sul	R\$5.074.788.317	R\$5.074.788.317	R\$37.174.069.217
	Ausul	R\$68.743.608	R\$68.743.608	R\$616.724.197
Itaú Unibanco	Brasil	R\$26.327.739.571	R\$26.327.739.571	R\$147.830.521.046
	Sul	R\$1.989.658.221	R\$1.989.658.221	R\$14.219.926.008
	Ausul	R\$7.216.875	R\$7.216.875	R\$129.389.657
HSBC	Brasil	R\$11.574.754.235	R\$11.574.754.235	R\$52.379.809.971
	Sul	R\$5.619.173.254	R\$5.619.173.254	R\$28.128.130.358
	Ausul	R\$9.180.313	R\$9.180.313	R\$63.775.999

Fonte: Banco Central. Estatística Bancária por Município. Adaptado pelo autor.